



ATA Nº1/2023

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 06/2022 referente à sessão ordinária de 2022.12.13 e ata n.º 7/2022 referente à sessão extraordinária de 2022.12.15 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – mapa de demonstração do desempenho orçamental (ano económico de 2022) e 1.ª revisão orçamental (ano económico 2023) -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – P013/2023 – prestação de serviços financiados através de um contrato de leasing para aquisição de veículo elétrico de passageiros de 9 lugares -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – atualização ordinária anual da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém – 2023 -----



- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – alteração ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém – versão final -----
- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de Regulamento de Autorização de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo – versão final -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Regulamento Interno do Conselho Cinegético Municipal de Ourém – versão final -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – revogação do protocolo celebrado a 02 março 2009 com a Freguesia de Fátima (cedência da antiga Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Amoreira) -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – proposta de protocolo (reabilitação Parque Infantil) -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – proposta de protocolo (aquisição placas toponímicas) -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social e Paroquial de São João Batista de Espite – pedido de isenção de taxas -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social de Matas – pedido de isenção de taxas -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – pedido de isenção de taxas -----
- **02.15** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária AMO -----
- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário AMO -----
- Valdemar Pinheiro de Oliveira -----



----- Helena Santos Pereira -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Carlos de Jesus Pereira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----

----- Joana Casimiro Rosado -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- Victor Oliveira Santos -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Jorge Pereira da Silva -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----



----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Gonçalo Santos Pires Bento -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e quarenta minutos. -----

----- ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS -----

-----De seguida, e antes de passar ao ponto um da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário relativamente à existência de matérias que, não tendo sido agendada, poderia ser aditada, nos termos do n.º 2, do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma sessão ordinária e se a Assembleia Municipal reconhecer a urgência da respetiva discussão, a saber: -----

----- Saúde em Ourém – estado atual -----

----- Proposta camarária – P018/2023 – aquisição de serviços de seguros para o período de 2 anos – 01/07/2023 a 30/06/2025 -----

----- Alteração ao Regimento da AMO -----



----- Face ao exposto, o senhor Presidente da AMO questionou os representantes dos grupos municipais, com assento neste órgão deliberativo, se tinham alguma objeção relativamente a esta proposta, tendo sido dado o respetivo consentimento, por unanimidade. ---

----- Assim, a Assembleia Municipal, entendeu, por unanimidade, constituir os seguintes pontos da ordem de trabalhos: -----

----- **02.01** – Saúde em Ourém – estado atual -----

----- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – P018/2023 – aquisição de serviços de seguros para o período de 2 anos – 01/07/2023 a 30/06/2025 -----

----- **02.17** – Alteração ao Regimento da AMO -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, reordenar a ordem de trabalhos do seguinte modo: --

----- **02.01** – Saúde em Ourém – estado atual -----

----- **02.02** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.03** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – mapa de demonstração do desempenho orçamental (ano económico de 2022) e 1.ª revisão orçamental (ano económico 2023) -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – P013/2023 – prestação de serviços financiados através de um contrato de leasing para aquisição de veículo elétrico de passageiros de 9 lugares -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – atualização ordinária anual da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém – 2023 -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – alteração ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém – versão final -----

----- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de Regulamento de Autorização de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo – versão final -----



- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – Regulamento Interno do Conselho Cinegético Municipal de Ourém – versão final -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – revogação do protocolo celebrado a 02 março 2009 com a Freguesia de Fátima (cedência da antiga Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Amoreira) -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – proposta de protocolo (reabilitação Parque Infantil) -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – proposta de protocolo (aquisição placas toponímicas) -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social e Paroquial de São João Batista de Espite – pedido de isenção de taxas -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social de Matas – pedido de isenção de taxas -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – pedido de isenção de taxas -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – P018/2023 – aquisição de serviços de seguros para o período de 2 anos – 01/07/2023 a 30/06/2025 -----
- **02.17** – Alteração ao Regimento da AMO -----
- **02.18** – Período de intervenção aberto ao público -----
- De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, agendados na ordem do dia. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 06/2022 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022.12.13 E ATA N.º 7/2022 REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2022.12.15 -----



----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário as atas referidas em epígrafe, cujo textos foram, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetidas a apreciação do plenário, foram as atas aprovadas, por unanimidade, com o voto dos membros presentes nas referidas sessões** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- Comunicação da Câmara Municipal, remetendo deliberação camarária sobre “Documentos Previsionais: Orçamento para 2023 e Grandes Opções do Plano para quinquénio 2023/2027 – correção” -----

----- Comunicação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Ourém, remetendo o Relatório Anual de Atividade -----

----- Presença, em sala, de uma comitiva brasileira, liderada pelo Prefeito Francisco Roberto Uchoa Cruz, Prefeitura Municipal de Ourém – PA -----

----- AJO – Assembleia Jovem Ourém decorre a 07 março, contando, mais uma vez, com a participação de todos os estabelecimentos de ensino habilitados a participar, tendo por base o tema Jornada Mundial da Juventude e o acolhimento que o concelho poderá dar aos jovens que nos visitam em agosto próximo. -----

----- Mais informou da presença da Assembleia Municipal, desde a última sessão datada de 15 dezembro 2022, nas seguintes iniciativas: -----

- Exposição Fotográfica “Sorrisos, Olhares e Afetos” -----

- Concerto Natal 2022 – Conservatório de Música e Artes do Centro -----

- Encontros PNAID 2022 – Investimento Diáspora -----

- Natal do Bombeiro 2022 – Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Caxarias -----

- Comemoração 60.º aniversário Colégio São Miguel -----

- Festa Natal Bombeiros 2022 – Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ourém -----

- Reunião Assembleia Intermunicipal da CIMI do Médio Tejo -----



- Ceia Natal Agrupamento Escolas Dr. Manuel Lopes Perdigão -----
- Inauguração Burger King Ourém -----
- 111.º aniversário da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ourém -----
- Encerramento Quadra Natalícia – Casa do Povo de Fátima -----
- Festa Reis APDAFF -----
- Concerto Ano Novo Ourearte -----
- 49.º aniversário do Coral Infantil e Juvenil de Ourém -----
- I festival de Sopas Associação Bem Estar, Cultural e Recreativa da Lourinha -----
- 46.º aniversário Associação Recreativa e Cultural São Gens -----
- Inauguração espaço exterior ao cemitério do Vale Travesso -----
- Avaliação externa de escolas – sessão apresentação da escola – CEF -----
- 44.º Encontro de Hoteleiros de Fátima -----
- Sessão encerramento Projeto Participa -----
- Cortejo de Carnaval -----
- CEF – cerimónia 1.º ano do início do conflito na Ucrânia -----
- 18.ª Edição da Rota das Adegas – Atougua -----
- Festival Sopas – Centro Escolar Santa Teresa -----
- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “**Carnaval em Ourém 2023** -----

O Concelho de Ourém festejou o Carnaval, após o interregno, em virtude da pandemia, na sexta feira (dia 17 de fevereiro), nas Vilas de Caxarias e Freixianda e nas cidades de Ourém e



Fátima. Estabelecimentos de Ensino e Instituições Sociais organizaram o Corso Carnavalesco, enchendo as ruas com cor, alegria, muita animação e muita folia. -----

Há a realçar a grande moldura humana constituída por participantes, figurantes e público, no dia 19 de fevereiro, no Desfile de Carnaval de Ourém. Para isso contribuíram as 10 instituições envolvidas, com 840 figurantes e 8 carros alegóricos, nomeadamente: Comunidade Vida e Paz, Jardim Infantil de Ourém, Universidade Sénior de Ourém, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida - Ombro Amigo, Juventude Ouriense, Centro Desportivo Cercal Vales e Ninho, Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias, Casa do Povo de Fátima, Centro Social das Matas e APDAF - Associação Para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família. Culminou esta atividade com um baile no Centro Municipal de Exposições, dando continuidade ao entusiasmo dos foliões e procedeu-se ainda à distribuição dos respetivos prémios aos vencedores. -----

No dia 20 de fevereiro, ainda enriqueceu este programa a realização do Carnaval Sénior, que consistiu num desfile de máscaras das instituições que integram o Grupo de Envelhecimento da Rede Social de Ourém. Com a participação de 12 instituições do concelho: Centro Social e Paroquial de Atougua, Lar Santa Beatriz da Silva, Centro de 3.ª Idade de Gondemaria, Associação Sénior de Ourém, Centro Social de Matas, Associação Bem-Estar de Urqueira, Centro Social Espírito Santo, Centro de Bem-Estar do Bairro, Fundação Arca da Aliança, Centro de Apoio à Pessoa Idosa – São Jorge da Granja, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida e o Desporto Sénior do Município. -----

A grande envolvência e participação de toda a Comunidade quer os grupos que animaram este “Carnaval 2023”, do Concelho de Ourém quer todo o público que assistiu nos diferentes locais, reflete o agrado de se ter retomado uma das tradições muito queridas por todo o Concelho e também da importância de se continuar a apoiar esta tradição, à qual, o Município de Ourém se tem empenhado em preservar.” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----



Nesta intervenção pretendo fazer uma felicitação especial à Ouriense **Diana Micaela Abreu Sousa Silva**, jogadora da Seleção Nacional de Futebol Feminino, na posição de avançada, pelo apuramento histórico para o Mundial de 2023, que irá decorrer entre junho e agosto deste ano, na Austrália e Nova Zelândia. -----

Pela primeira vez na história do futebol feminino português, a nossa seleção feminina estará presente nesta fase final do Campeonato do Mundo e o apuramento teve o contributo de uma Ouriense. -----

Faz-se notar que a **Diana Silva** foi jogadora do Clube Atlético Ouriense, onde se sagrou Campeã Nacional nas épocas de 2012/2013 e 2013/2014 e onde também conquistou a Taça de Portugal em 2013/2014, sendo neste momento jogadora do Sporting Clube de Portugal. ----

Na seleção A e Seleção sub-19 já soma 117 internacionalizações, 7050 minutos jogados e 30 golos marcados, sendo de facto titular inquestionável da seleção A. -----

Parabéns, Diana!” -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “**Jornada Mundial da Juventude** -----

Exmos. Senhores, -----

Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, caros Vereadores, colegas Deputados Municipais, senhores Secretários, estimado público, muito boa tarde a todos. -----

Dirijo-me hoje a esta Assembleia Municipal para abordar o tema da Jornada Mundial da Juventude. -----

Como é do conhecimento de todos, estamos cada vez mais perto deste acontecimento de nível mundial, que trará milhares de pessoas a Fátima, dado que aqui receberemos, com muito orgulho, a presença de Sua Santidade, o Papa Francisco. Teremos, uma vez mais, todas as atenções viradas para a nossa cidade-santuário. -----

Bem sabemos que o Município tudo fará, dentro daquilo que são as suas competências, para que esta deslocação corra da melhor forma, uma vez que é necessário o devido planeamento estratégico e de logística, que assegure a segurança e o conforto de todas estas pessoas que se deslocarão a Fátima neste verão. -----



Contudo, não pode o Grupo Municipal do PSD deixar passar esta oportunidade sem mostrar a sua **preocupação** pelo facto de o Governo não incluir o Município de Ourém nos preparativos e organização deste tão importante acontecimento, no qual Fátima terá também um papel importantíssimo. Lamentamos esta postura, errada, por parte da tutela. -----

Assim como lamentamos também a falta de apoios por parte do Governo para com o nosso concelho nesta matéria. -----

Muito obrigado.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente de Camara, Senhoras e senhores Vereadores -----

Caras e caros colegas deputado municipais -----

Publico presente -----

Comunicação social -----

Ponto prévio – acreditamos que o Sr. Presidente de Camara tenta sempre fazer o melhor pelo nosso concelho, mas esperamos que acredite que a oposição, especialmente os eleitos em listas do Partido Socialista, tentam exatamente o mesmo, estando no poder ou na oposição. ----

As maiorias absolutas podem acarretar alguns problemas, as maiorias absolutíssimas como a da coligação PSD/CDS, que governa a camara de Ourem, esses problemas estão absolutamente exacerbados e absolutamente visíveis, senão vejamos: -----

- estamos perante um executivo quase absolutamente centrado na pessoa presidente de câmara -----

- O seu poder, como vimos na mais recente distribuição de pelouros, é absolutamente absoluto. A centralização de poderes dá nisto. Deixamos a pergunta obvia – Para quê ter 4 vereadores, se um deles só tem 4 pelouros? -----

- O presidente de camara convive muito mal com a critica, como podemos observar pelos seguintes exemplos: -----

- atitude quase bipolar como trata os deputados municipais que são da coligação e os que são da oposição, quando é contestado. -----



- a maneira que, por diversas vezes, já tentou amedrontar e apoucar alguns dos deputados da oposição desta Assembleia. Temos péssimas notícias para si quanto a isto, pois não nos amedrontamos, não deixaremos de dizer o que pensamos, por um único motivo, estamos nisto só e simplesmente, repito só e simplesmente, para tentar melhor a vida das pessoas do nosso concelho -----

- a maneira como trata os cidadãos deste concelho que, muito justamente e civilizadamente, se manifestaram, em parte contra a atuação do presidente de camara, tratando os mesmos por “ânimos exaltados e descompensados”. Mas que conceito de democracia é este Sr. Presidente? -----

- a maneira como trata alguns cidadãos que, no mais elementar exercício dos seus direitos, vão a reuniões de camara ou veem a estas Assembleias. Já assisti, já tive conhecimento de algumas expressões suas manifestamente rudes e por vezes a roçar a má educação. O direito à indignação é inalienável. -----

Todos sabemos que o seu sonho maior é ter todos os lugares de vereação, todas as juntas de freguesia, todos os lugares desta assembleia municipal, para o seu partido, para que ninguém o critique. -----

Mas deixe-me dizer-lhe que, o pior que pode acontecer a um país, a um município ou a uma junta de freguesia, é não ter uma oposição forte, alguém que pense diferente, que lance ideias diferentes, que traga uma nova visão, seja ela melhor ou pior, para com isso se governar melhor. -----

Tantas e tantas vezes que aqui, nesta sala, já disse com um sorriso nos lábios e uma expressão de alegria no rosto, algo do género “Nas próximas eleições ainda serão menos da oposição qua aí vão estar”. Deixe-me dizer-lhe que isso não é bom, acredite que não. -----

Tudo isto nos trás a questão da saúde que tanto tem afligido parte dos cidadãos deste concelho. A narrativa é que o problema é só e unicamente do poder central, eles é que contratam e colocam os médicos e os outros profissionais de saúde. Esta última parte é absolutamente verdade, os sucessivos governos não conseguiram resolver esta estrutural falta de médicos de família. No entanto, o mais recente problema, o que levou as pessoas para a rua e que causou este alarme social é só e simplesmente culpa sua, senão vejamos. -----



Foi proposto, pelo estado Central, através do novo CEO da saúde, a criação da Unidade Saúde Local de Leiria. O senhor presidente de camara teve reunião com a administração do SNS, com o futuro diretor da ULS de Leiria, conjuntamente com outros presidentes de camara. -----

No decorrer deste processo de auscultação, de preparação do processo, não ouviu nenhum dos interessados que estão no “terreno” neste concelho, duvido mesmo que tenha ouvido algum dos seus vereadores. -----

À reunião de camara do dia 16 de janeiro de 2023, foi uma proposta de estudo, de estudo repito, de criação da Unidade Local de Saúde da Região de Leiria e foi isso que foi aprovado. Qual não é o espanto quando, nesse mesmo dia, na página da Camara Municipal de Ourense do Facebook, vem escrito que foi “aprovada a criação da ULS de Leiria”. Isto é um Facto falso, que levou a que alguns médicos do Cento de Saúde de Ourense a pedirem, de imediato, para sair, deixando, possivelmente, mais 6 ou 7 mil pessoas sem medico de família. Neste caso culpa é sua, utiliza esta página como se fosse campanha eleitoral, só publica as suas declarações e dos seus vereadores da coligação. Um dia, este seu controlo, este seu quase lápis azul da inquisição tinha que correr mal. Não culpe quem escreveu ou quem tinha que rever o texto. Este erro explodiu os ânimos, o erro é seu, só seu. É por isso que aqui estamos. É também, porque vale tudo para fazer política de corta fitas, nem que seja construir ou restaurar centros de saúde que não vão ter médicos, para a fotografia. O executivo tem tido falta de coragem política para assumir a verdade perante os ourensenses; o engodo da requalificação tem servido apenas para gastar dinheiro, no anterior e mandato autárquico e já no atual, os mais variados eleitos do PS, propuseram que se pensasse a saúde no nosso concelho, se faz sentido ter quase 20 extensões de saúde no nosso concelho. Nós falámos com os profissionais da saúde, ficámos com a absoluta certeza que os médicos não querem trabalhar sozinhos, querem ter ajuda de outros médicos nas decisões, querem discutir ideias, resoluções de problemas. Então não é que, na reunião de camara de 6 de fevereiro de 2023, o sr. Presidente de camara anunciou, perante mais de meia centena de cidadãos que assistiam, que está em negociações com o governo para efetuar essa reorganização da saúde do nosso concelho. Quem diria? -----



Este é o momento de pedir desculpa à população de Ourém por este problema que causou, é o momento de tentar fazer de tudo para que os médicos não saiam, é o momento de sair da sua bolha, ouvir ideias diferentes, ouvir o contraditório. O concelho agradece e a vida das pessoas irá melhorar muito. -----

Segundo a sua página pessoal no Facebook, e nós sabemos o quanto o Facebook é importante na sua governação, e as suas últimas publicações, parece que está a perder a sua paciência com alguns eleitores, os que o criticam. Oh Senhor presidente, isso não é coisa boa! Quanto à adesão ou não à ULS de Leiria, cá estamos para discutir ideias, pensar o que será melhor para o nosso concelho, terá sempre a nossa ajuda para isso.” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “PME EXCELÊNCIA 2021 – 39 empresas galardoadas no concelho de Ourém -----

Com mais uma publicação das PME Excelência, a bancada parlamentar do PSD não pode deixar de parabenizar as empresas que conseguiram obter este estatuto no concelho de Ourém. -----

Verifica-se que o concelho está representado com 39 empresas, mais 12 empresas que no ano anterior, facto que constitui um orgulho para o concelho e que demonstra a capacidade empreendedora das empresas e dos empresários ourienses. -----

O estatuto PME Excelência, constitui um selo de elevada reputação que permite às empresas relacionarem-se com a sua envolvente numa base de confiança facilitadora do desenvolvimento dos seus negócios. A atribuição deste galardão é da responsabilidade do IAPMEI e do Turismo de Portugal num justo reconhecimento do seu mérito e do seu contributo para os resultados da economia nacional. -----

Das 39 empresas galardoadas, 16 estão relacionadas com setor da indústria transformadora (que continua a ser o setor de atividade mais representado), 9 empresas inserem-se no setor de atividade comércio e serviços e 8 no setor da construção civil; 4 empresas foram indicadas pelo Turismo de Portugal por pertencerem a área de hotelaria e restauração e 2 empresas estão associadas a outros setores. -----



Nos 13 Municípios que compõem o Médio Tejo foram distinguidas 86 empresas, tendo Ourém destacando-se com quase metade. Também a nível do Distrito de Santarém, Ourém mantém a liderança destacada seguindo-se Santarém com menos 17 empresas do que as 39 conseguidas pelas empresas de Ourém, o que é demonstrativo da dificuldade, mas também do mérito dos nossos empresários. -----

Assim, considera-se muito importante salientar os excelentes resultados obtidos no Município ao obter tão grande número de galardões, bem como de felicitar os empresários e colaboradores pelo seu trabalho e esforço.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde senhor Presidente -----

Cumprimento todos na sua pessoa -----

Senhor Presidente é importante esclarecer aqui uma questão que ficou no ar na última sessão da Assembleia e, estou a dirigir-me ao senhor Presidente de Câmara, como é evidente. -----

Tem a ver com o estatuto de direito de oposição e que, nessa dita reunião, a última de dezembro, houve aqui algumas imprecisões que ficaram no ar e convém esclarecer de uma forma cabal e definitiva -----

O senhor Presidente disse, na altura, que o MOVE teria supostamente acordado para esta questão em 2022, mais concretamente, em dezembro, o que não corresponde à verdade. E, não corresponde à verdade, simplesmente, porque em 5 de novembro de 2021, tenho aqui o email, às 16.39, o MOVE, mesmo antes de enviar os contributos para o orçamento 2022 para a Câmara Municipal, solicitou, por escrito, através de email dirigido ao senhor Presidente e ao gabinete da presidência, um pedido, que nos fosse facultado a projeto de proposta sobre o orçamento para que pudéssemos fundamentar as nossas propostas. Só que, até hoje, ainda estamos à espera que nos responda. Portanto, não é verdade o que disse, no sentido que o MOVE, há um ano, já se preocupava com estas questões, mais concretamente, no início do meu mandato, que é para isso que estou aqui e só respondo pelo mandato 2021-2025. -----

Decorre da Lei, como penso que deverá saber, uma vez que estive 8 anos na oposição, presumo que, nesses 8 anos, tivesse ouvido falar nesse Estatuto Direito à oposição. É um



direito constitucional, facultado às minorias e é para isso que existe, para contrabalançar os poderes ditos absolutos que se falavam aqui ainda há pouco. -----

Contrariamente ao que diz, não foi pelo facto de haver mudança na liderança do MOVE que esta questão se colocou, já se colocou no início do mandato, em 2021. -----

Dizer ainda que se esta questão não foi colocada, há mais tempo, é porque o MOVE – como sabe o tempo é um recurso escasso, vai tendo outros assuntos em agenda, com necessidade de abordar, portanto só um ano depois é que voltamos a esta questão. Nem a propósito porque foi, precisamente, aquando da discussão do orçamento para o ano 2023 que retomamos esta questão. -----

Que fique aqui esclarecido, de uma vez por todas, o MOVE não acordou em 2022, já o tinha feito logo no início do mandato. Só não teve resposta porque o senhor Presidente entendeu, lá terá as suas razões, não responder ao MOVE, mas também lhe digo que é sempre de bom tom responder, por carta ou email, ou seja, lá o que for. É de bom tom. -----

Dizer ainda, apesar das virgens ofendidas, como se costuma dizer, e com todo o respeito, estranhámos que o senhor Presidente se faça de virgem ofendido, com respeito pelas ditas, porque já tem obrigação de ter conhecimento de que existe o Estatuto Direito Oposição. -----

Gostava que ele pudesse ser cumprido -----

Obrigado” -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “No passado dia 11 de fevereiro, uma equipa lusa composta por 144 operacionais, da ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil) da GNR, e do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), das Corporações de bombeiros da região de Lisboa e Vale do Tejo e do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), viajou para a província de Concepcion, no Chile, para ajudar a combater o flagelo dos fogos florestais que assolaram brutalmente aquele país, varrendo-o do centro ao sul, registando várias mortes e centenas de pessoas retiradas das suas habitações, com avultados danos em edifícios. Sendo as regiões de Biobío, Nuble e La Araucanía as mais assoladas. -----



A ajuda de Portugal decorreu do pedido de assistência internacional para combate a incêndios florestais formulado pelas entidades Chilenas – Via mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, sendo que esta ajuda portuguesa contou com a participação de três ourenses – Luís Manalvo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias, Custódio Oliveira da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém e Pedro Novo da FECP (força especial de proteção civil). -----

É, pois, de elementar justiça realçar o empenho, espírito de missão e, sobretudo pela digna representação da nossa terra, naquele país, dos nossos bombeiros ourenses acima mencionados. -----

Ainda no âmbito das missões de auxílio internacional, gostaríamos igualmente de fazer referência ao espírito de prontidão e humanidade. -----

de Vítor Machacaz, natural do nosso concelho, que chefiou recentemente o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, que estive nas operações de busca e salvamento na Turquia, após o grave sismo que atingiu aquele país. Deixamos aqui um reconhecimento da nossa parte pela coragem e bravura com que o nosso concelhano enfrentou esta missão.” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: **“NATAL EM OURÉM** -----

Em Dezembro chegou uma das épocas mais bonitas do ano, e durante cerca de um mês, o Concelho de Ourém viveu um forte espírito Natalício. -----

Numa época especial e mágica em que se comemora a união, a família e a partilha, o Município de Ourém mais uma vez abrilhantou esta época festiva, com uma programação diversificada, mas ao mesmo tempo equilibrada e contida nos seus gastos. -----

A iluminação de Natal deu outra vida às ruas das cidades de Ourém e Fátima, tendo este ano presente o contexto vivido a nível mundial e de restrições ao nível energético, limitando o seu horário de funcionamento. -----

O Jardim Le Plessis-Trévise acolheu um mercadinho de Natal, diversões várias, Casa do Pai Natal, tendo sido procurado por milhares de ourienses, especialmente pelas crianças que, certamente, tiveram o seu coração invadido pela alegria e felicidade e com a ilusão dos sonhos e a magia do Natal realizados. -----



A parada e chegada do Pai Natal, a 04 de dezembro, foi o chamariz, enchendo as ruas da cidade de brilho, cor e música, transformando este dia no momento alto da programação Natalícia. -----

O cartaz de Natal proporcionou espetáculos de animação destinadas a todos os gostos e públicos incluindo muita música. Tivemos connosco Rodrigo Leão e concertos natalícios da responsabilidade da Academia de Música Banda de Ourém e o Conservatório e Orfeão de Abrantes. -----

O Teatro marcou igualmente uma forte presença com o Grupo de Teatro Apollo e teatro musicado. Desta extensa programação fizeram ainda parte tertúlias, Chá com histórias, ateliers de Natal, exposição de presépios, entre outros. -----

Imbuído deste espírito Natalício, deu lugar a diversas iniciativas da sociedade civil, destacando-se o presépio da Avenida D. José Alves Correia da Silva, da responsabilidade da Comunidade Vida e Paz e do Centro de Reabilitação e Integração de Fátima, o Mercado de Natal na Avenida e para a Árvore de Natal solidária da Praça Luís Kondor, uma iniciativa do Rotary Club de Fátima, executada pelos Escuteiros locais. -----

Também as Juntas de Freguesia procuraram manter vivo o espírito natalício com as iluminações de Natal. -----

Desta forma o grupo municipal do PSD congratula o Município de Ourém, por ano após ano, manter vivas as tradições e o espírito de Natal, dinamizando também por esta via e nesta época do ano, a atividade Económica, Cultural e Social do concelho de Ourém.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Srs. Vereadores, -----

Srs. e Sras. Deputados Municipais, -----

Dr. Licínio de Carvalho, Presidente do Conselho de Administração do CHL -----

Dra. Diana Leiria, Diretora do ACES Médio Tejo -----

Público presente na sala e em casa, -----

Imprensa, -----



Minhas senhoras e meus senhores, -----
A degradação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) no nosso país é hoje uma realidade indesmentível. -----
Há em Portugal mais 1 milhão e meio de pessoas sem médicos de família, os doentes esperam e desesperam por consultas, as filas junto aos Centros de Saúde são cada vez maiores, as urgências hospitalares estão com dificuldades, há demissões nas direções hospitalares por falta de meios, há urgências a fechar e grávidas a fazerem centenas de quilómetros, de hospital em hospital, até serem atendidas. -----
Os problemas na saúde têm décadas, mas nunca vimos nada assim, nem nas piores crises do nosso país. Como chegámos até aqui? -----
Nos últimos anos, o governo centrou-se, em primeiro lugar, no preconceito ideológico. Muitos acordos com o setor social e privados, que funcionavam bem para utentes e Estado, foram extintos. Por ideologia, muitos a quem o SNS não conseguia acudir, ficaram sem assistência médica. -----
Em 2017, o Ministério da Saúde começou a cortar nos pagamentos a médicos tarefeiros. Se já havia poucos médicos, com este corte passou a haver menos. Às pessoas não interessa se o médico que têm à frente é pago pelo Estado ou por uma empresa. Querem ser atendidos e tratados! Foi uma decisão errada! -----
Um país como o nosso, onde os recursos financeiros são escassos, deveríamos saber escolher bem as nossas prioridades. Infelizmente, não é isso que sucede. -----
O governo nacionalizou desnecessariamente a TAP e injetou na empresa 3,2 mil milhões de euros dos nossos impostos. Para a TAP arranjou-se logo dinheiro, mas para resolver o drama da saúde, para contratar mais médicos, para lhes pagar melhor, já não há dinheiro. -----
Todos os dias estamos a ver manifestações a reivindicar mais médicos, mas nunca vi manifestações, nem abaixo assinados, a pedir mais aviões. -----
Em 2022, segundo dados do próprio governo, 1.488 médicos deixaram o SNS. Não foram para a reforma, saíram para outros locais. E o que fez o Ministério da Saúde para impedir esta fuga assustadora de médicos? Ao que se saiba, nada. -----



Perdemos 1.488 médicos e nós aqui, em Ourém, a precisarmos deles, como de pão para a boca. Destes 1.488 médicos, bastavam-nos alguns para resolver muitos dos nossos dramas.

E não adianta dizer que há mais investimento na saúde, quando depois, sabemos pelo Tribunal de Contas que a execução dos sucessivos orçamentos fica muito abaixo do inicial. -----

E tudo isto acontece numa altura em que temos a mais alta carga fiscal de sempre. Estamos a pagar mais impostos como nunca antes pagamos e, em troca, o Estado oferece-nos um SNS à beira do caos e sem rumo. -----

Com a saúde pública em crise as pessoas são obrigadas a procurar outras hipóteses. Nunca os privados ganharam tanto dinheiro na saúde como agora. -----

Quanto ao nosso concelho, as pessoas também estão a viver o drama diário da degradação do SNS. Há mais de dez mil pessoas sem médico de família, o Centro de Saúde de Ourém, apesar de toda a dedicação de quem lá trabalha, funciona sem meios humanos e materiais, e as urgências dos Centros Hospitalares de Leiria e Médio Tejo estão cheias. -----

Somos um dos maiores concelhos da região, mas não temos um hospital há 40 anos. Em 2007 o serviço de atendimento permanente (SAP), no Centro de Saúde, foi encerrado à noite pelo então ministro socialista Correia de Campos, os acessos aos hospitais mais próximos não são os melhores e há ainda casos de pessoas que fazem 100 km para irem ao Hospital de Abrantes. -----

Nós em Ourém não somos cidadãos de segunda e dirijo-me diretamente à população que está aqui hoje presente e a quem nos vê e ouve em casa: quero garantir-vos que nós, autarcas da Câmara e Juntas, tudo temos feito para melhorar as condições de acesso à saúde no nosso concelho. -----

Estamos ao vosso lado! Estamos solidários convosco e com a vossa luta, inteiramente justa. As pessoas não aguentam mais esta situação! -----

Como as Câmaras Municipais não podem contratar médicos, só o Ministério da Saúde o pode fazer, resta-nos utilizar as armas que temos: a voz, a palavra escrita, a sensibilização e reivindicação junto de quem pode contratar médicos. -----

E é isso que temos vindo a fazer! -----



O Sr. Presidente de Câmara tem feito inúmeras viagens a Lisboa, reunindo com o Ministério da Saúde. -----

Nós, Presidentes de Junta, há um ano, viemos alertar para o drama da falta de médicos nas Extensões e reunimos com a Câmara, o ACES Médio Tejo e enviámos moções para várias entidades em Lisboa. -----

Esta mesma Assembleia, em dezembro de 2021, por proposta do PSD, aprovou uma moção onde exigia médicos de família para Ourém, a reposição do SAP no Centro de Saúde e pedia várias reuniões com o Ministério da Saúde. -----

Temos confrontado diretamente os responsáveis pela gestão da saúde e a resposta é sempre a mesma: o país não tem médicos! -----

Mas o Primeiro Ministro disse que, em 2017, todos os portugueses teriam um médico de família!! Seis anos depois, há 1 milhão e meio de pessoas sem médico. -----

O governo deve um pedido de desculpas à população de Ourém e a todos os portugueses! -----

Perante este quadro negro da saúde por todo o país, o governo vem agora defender uma nova forma de organização dos serviços de saúde chamada de Unidades Locais de Saúde (ULS).

O governo tem toda a legitimidade para o fazer, dado que a criação de ULS constava do seu programa eleitoral e que foi sufragado pela maioria do povo há um ano. -----

Porém, se tivermos que entrar neste novo modelo, é fundamental que o Ministério da Saúde contrate mais médicos, oferecendo melhores condições de trabalho. -----

Queremos também que o funcionamento do Centro de Saúde Ourém e suas Extensões seja reforçado de meios humanos e materiais, de forma a evitar as horas de espera e aliviando a afluência aos hospitais. -----

A solução passa pela contratação de jovens médicos, fixar os médicos há mais tempo no ativo, oferecendo a ambos melhores condições de trabalho e de remuneração, e tirar de vez a ideologia da área da saúde, com o sector social e privados a colaborarem também nos cuidados públicos. -----

Este é um assunto que nos deve mobilizar a todos, pois a defesa das nossas gentes e do acesso à saúde representam valores que devem estar acima de posicionamentos políticos, corporativos ou outros. -----



A minha bancada, do PSD, queremos assegurar a todos os ourenses que continuaremos atuantes nesta nobre causa e que, perante esta grave crise na saúde, lutaremos sempre pelas melhores respostas. -----

Durante a Pandemia, os profissionais de saúde foram chamados de heróis. Porém, que país é este que não oferece melhores condições aos seus heróis?” -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

02.01 – SAÚDE EM OURÉM – ESTADO ATUAL -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte:

“Gostaria de deixar uma breve nota prévia. É de extrema importância o tema que vamos debater aqui, o estado da Saúde no concelho de Ourém, pese embora aquilo que o concelho padece em termos de saúde já não é de agora. Ourém, ao longo dos vários anos, tem vindo a perder qualidade nos serviços de saúde. -----

Ourém já teve um hospital com valência médico cirúrgica, mas ao longo dos tempos foram-nos esvaziando as competências. Depois, por erros políticos foram construídas 3 unidades hospitalares no local onde estamos inseridos, ao nível do Médio Tejo, um hospital em Torres Novas, um hospital em Tomar e um hospital em Abrantes. Foi um erro político ter feito 3 unidades desta dimensão. O mais grave é que ao concelho de Ourém colocaram o mais de longe ao serviço da população. Depois de terem construído uma via, considerada estruturante, o IC9 que nos liga a Tomar, ligação muito direta a uma destas unidades hospitalares, colocaram os serviços principais de saúde no sítio mais longínquo onde haveria menos habitantes, estamos a falar de Abrantes. Depois, foram remediando com a possibilidade de Ourém ser servido também através do serviço hospitalar de Leiria. -----

Com isto quero dizer o seguinte: sabemos que aquilo que é da competência da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, o nosso país, em termos de saúde, são competências legislativas e constitucionais estritamente do Governo Central e não dos seus municípios. Os municípios podem e devem ir complementando a saúde como auxílios. Ao longo dos últimos anos, infelizmente o que tem acontecido e temos ouvido por todo o país, o



Serviço Nacional de Saúde tem vindo a degradar. Fiz uma breve pesquisa naquilo que era o contributo, para além do baixo salário que os profissionais de saúde têm no Serviço Nacional de Saúde, a qualidade de vida a que estão sujeitos tem vindo a diminuir enquanto profissionais. Nos últimos anos, só em 2021, só os médicos fizeram 8 milhões de horas extraordinárias. Todos os profissionais de saúde, auxiliares, enfermeiros, médicos fizeram 22 milhões de horas suplementares, o que significa que têm sido sujeitos a um esforço brutal. Também sabemos que o país enfrentou uma grave pandemia e os profissionais foram incansáveis. No entanto, o que se verifica são situações que eu considero, nem caricatas nem in vergonhosas para aquilo que acontece no Sistema Nacional de Saúde que é de grávidas andarem de hospital em hospital, encerramento de urgências, encerramento de serviços. É a degradação total. Muito desta situação deve-se a preconceitos ideológicos. Dou o exemplo. Duas estruturas nacionais que funcionavam com grande qualidade de prestação de serviços de saúde e que, com contrato com associações e com privados, prestavam um bom serviço à comunidade. Conforme já foi dito, nunca como agora se gasta tanto dinheiro com os privados. Isto porque se decidiu acabar com um conjunto de protocolos de serviços que estavam a funcionar bem em parceria com o privado, gestão privada. Os que estavam a funcionar bem, como era o caso de Loures, como era o caso de Braga, foram encerrados estes serviços por preconceitos ideológicos. -----

Hoje, resta-nos buscar aquilo que são as soluções. A população que nos traz aqui um conjunto de reivindicações que são de total legitimidade, as coisas não estão a acontecer bem. Aproveitemos esta oportunidade para construir, olhar para a frente. Deixamos as guerrilhas partidárias, as pretensões que não sejam aquelas de maior interesse que está aqui em causa, o Serviço Nacional de Saúde e a qualidade de vida e de saúde dos utentes. É isso que buscamos, é isso que reivindicamos. Que esta Assembleia Municipal possa servir como voz ativa, já que outras competências de decisão, não tem e o executivo também não. Mas, que possa servir como voz ativa para junto dos intervenientes nos possamos fazer ouvir, possamos fazer reivindicar aquilo que são as nossas pretensões em busca da qualidade de vida das nossas populações. -----



Hoje, gasta-se muito dinheiro no cuidar da saúde das pessoas, dos humanos. Acho que se gasta demasiado dinheiro nisto, em vez de se gastar dinheiro na prevenção da doença, na busca do bem-estar saudável das pessoas, vida saudável. mas, isto é uma inversão de política que se espera, que o Serviço Nacional de Saúde possa vir a ter.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte:

“Boa noite a todos -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez aqui o enquadramento daquilo que tem vindo a acontecer ao Município de Ourém em termos de saúde, ao longo dos últimos anos, das últimas décadas talvez. -----

Corroborando aquilo que acabou de dizer, as competências do Município nesta área são claras, procurar que os utentes e os profissionais de saúde tenham as melhores condições possíveis. Os profissionais para exercerem bem a sua função e os utentes para terem uma melhor qualidade no seu atendimento. É isso que temos vindo a fazer ao longo destes últimos 5 anos, tendo já requalificado 4 centros de saúde e um outro também requalificado através da Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª Misericórdias. Projetos que já vinham de mandatos anteriores e que não tinham sido concluídos. E, além desses 4, que estão concluídos, estamos a fazer o mesmo para Caxarias, onde há uma evidente falta de qualidade no serviço prestado, nomeadamente em termos de instalações, como também estamos a terminar o projeto para ampliar e requalificar o Centro Saúde de Fátima. Iremos ainda iniciar, muito em breve, já está adjudicada a empresa para o fazer, a requalificação e ampliação do Centro Saúde de Ourém. Esta é a nossa responsabilidade em termos de competências na área da saúde. Além disso, porque sabemos das dificuldades que existem no número de médicos de família, falta de médicos de família no nosso concelho, temos procurado sensibilizar o Ministério, a tutela, também reuniões periódicas, para não dizer todos os meses, todas as semanas em que falamos com a Dr.ª Diana Leiria que está aqui e pode testemunhar, ou através de mim, do chefe de gabinete ou da vereadora Micaela, sobre a urgência que temos em ter mais médicos para servir o concelho. -----



Posso dizer que já estive com o atual Secretário Estado duas vezes, com o anterior Secretário de Estado pelo menos 3 vezes, com a senhora Ministra da Saúde anterior também estive, pelo menos 1 vez, além de todas as reuniões que temos tido com a senhora Diretora do ACES. -----
 Temos feito aquilo que é possível na sensibilização do problema que temos em mãos e que todos queremos resolver. Sabemos que existem problemas, existe falta de médicos, existem todas estas situações, mas, já aqui o disse e volto a repetir. Aquilo que é o nosso trabalho, a nossa obrigação, penso que o temos feito, de uma forma veemente para que, mais médicos, mais assistência possa existir no nosso concelho. Infelizmente, isso ainda não foi possível. Continuamos a trabalhar para que isso possa acontecer. Continuamos a estudar algumas alternativas que possam complementar esta situação e vamos ver se, num futuro próximo, que a situação possa melhorar ao nível de assistência e cuidar da saúde no nosso concelho. É para isso que trabalhamos todos os dias e é para isso que estamos, diariamente, a ver se o conseguimos fazer. -----

Antes de terminar e só para corrigir uma declaração que o senhor deputado Nuno Baptista acabou de fazer. Dizer que nunca estive reunido com o senhor Diretor Executivo do SNS, nem sequer o conheço. É puramente falso aquilo que acabou de dizer na sua declaração. -----

Nunca reuni com os meus colegas de Câmara sobre este assunto. Nunca reuni com SNS sobre este assunto. Nunca tive aquilo que o senhor acabou de dizer na sua declaração. Desminto categoricamente. Se conseguir dizer onde e quando é que estive com essas pessoas, gostava que o dissesse aqui e agora, para eu poder desmentir. -----

Muito obrigado” -----

----- Foram convidados a estarem presentes, nesta sessão ordinária, a fim de prestarem os esclarecimentos tidos por convenientes, no âmbito da matéria em análise: -----

----- Presidente Conselho Administração Centro Hospitalar de Leiria, Dr. Licínio Oliveira de Carvalho -----

----- Diretora Executiva ACES Médio Tejo, Dr.ª Diana Faria dos Santos Leiria -----

----- Face ao exposto, ambos tomaram a palavra, de forma individual, tendo apresentado uma breve exposição sobre a respetiva Entidade de Saúde que representam. -----



----- Findas as exposições, o Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo as mesmas, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Penso que é consensual que todos nós nos preocupamos com a questão da saúde. É um problema tendente da sociedade portuguesa, no país e também em Ourém. E já não é um problema de agora, é um problema de há muitos anos, infelizmente. -----

De uma maneira recorrente, ele tem sido trazido à praça pública, o que não significa que nós políticos que temos uma posição mais na linha da frente naquilo que são os interesses da população, compete-nos zelar pelos interesses pelos quais fomos eleitos e que representamos aqui nesta Assembleia. -----

A questão da saúde não deve preocupar aos políticos, deve preocupar a todos os cidadãos, como é evidente. -----

Entendemos que todos os esforços que têm sido feitos, e aqui o colega Orlando já falou numa iniciativa que esta Assembleia desenvolveu em dezembro 2021 numa moção, todos nós reconhecemos que esse trabalho é importante e foi feito. Devemos valorizá-lo. Quando ouvimos partes políticas neste processo, falamos nas opções ideológicas e nas opções políticas que os sucessivos governos foram tomando ao longo dos anos e, talvez, seja por causa disso que o estado da arte esteja tão lastimável hoje em dia. -----

Achamos um pouco deselegante que venha para a praça pública a dizer que as manifestações que têm proliferado por este país e também no nosso concelho sejam fruto de alguma manipulação política. Que alguns grupos se arrojaram no direito de desencadear. Se essa desinformação existe e, aliás, lesse num comunicado publicado na imprensa, há cerca de uma semana, em que se fala, precisamente, na vulnerabilidade e na desinformação de alguma população. Se há uma desinformação da população, então que sejamos nós a esclarece-la para que, de uma vez por todas, aqueles que não tenham uma possibilidade de conhecer estas problemáticas, possam aceder à informação e serem esclarecidos. -----

O MOVE lastima o comunicado e refiro-me, em concreto, ao comunicado que o PSD lançou para a praça pública, onde se diz claramente que o MOVE – Movimento Independente de



Cidadãos estaria a manipular a opinião pública, estaria a aproveitar-se para protagonizar um salto na afirmação política de alguém e possa estar, de alguma forma, a aproveitar-se da situação. Isso não corresponde à verdade porque, se mais razões não existissem, a democracia existe para isso mesmo, para que as pessoas se possam manifestar livremente e, tal como aqui o colega da direita que pertence à esquerda, dizia há pouco, é preocupante quando o poder absoluto se transforma em algo que não é bom para a democracia. -----

Se estamos aqui nesta Assembleia como oposição é por algum motivo, para defendermos as minorias. É para isso que também fomos eleitos e, ao contrário do que se diz por aí, estamos aqui em representação de todo o povo do concelho de Ourém e não apenas, no caso do MOVE, naqueles que votaram no nosso Movimento. -----

Dizer, e antecipando um pouco aquilo que vai ser a comunicação do senhor Presidente mais para a frente, também vai nessa linha, acusa aqueles que tentam destabilizar e de desinformar. Não é isso senhor Presidente. Vivemos em democracia. Se o povo se quer manifestar, então deixemos que ele se manifeste. Seja para o bem e para o mal, a democracia foi feita para que todos nos respeitemos. -----

Agradeço a presença dos digníssimos representantes das entidades de saúde. Agradecer os esclarecimentos que nos prestaram. -----

Muito obrigado” -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de agradecer tanto à Dr.^a Diana como ao Dr. Licínio os esclarecimentos que prestaram. -----

Faria uma pergunta que está relacionada com a questão do SAP. O Dr. Licínio falou que é uma forma de organização horizontal e vertical também. A haver um SAP em Ourém ou essa organização de um SAP seria sempre algo a negociar, agora, com a ULS Leiria. Não era junto da tutela, mas sim junto da ULS Leiria, caso Ourém entre, que essa resposta seria dada. -----

Perguntava também se a resposta que temos, hoje em dia, se está relacionada com aquilo que é a colocação de mais profissionais aqui em Ourém, pela falta que temos desses mesmos



profissionais e qual será a resposta que a ULS poderia dar dada a escassez de profissionais e dadas as dificuldades que o concelho de Ourém atravessa. -----

Fala-se muito na prevenção dos cuidados. Diria que uma das formas de alcançarmos isso seria com novas formas de literacia em saúde, em que as pessoas sabem de facto quando ir ao hospital ou devem-se deslocar aos cuidados primários. Também seria um papel, não só da ULS mas também na articulação com os municípios. Aliás, seria interessante perceber de que forma, no futuro, poderá esta nova organização trabalhar também essa área. -----

Perguntava à Dr.^a Diana se o modelo USF em Fátima traz resultados positivos. E, se na sua opinião, acha que alargando o modelo SF a toda a todo o concelho poderemos ter uma resposta mais integrada de cuidados de saúde primários, diminuindo as listas de espera e o número de utentes que estão sem profissionais de saúde. -----

Ao senhor Presidente da Câmara, perguntava-lhe se deveríamos criar um Plano Municipal de Saúde. Ele existe em alguns concelhos. É talvez uma ferramenta interessante. Agora que estamos a iniciar esta discussão à volta da ULS e da Saúde no Concelho, se um modelo de Plano Municipal de Saúde, que já existe em alguns concelhos e é um documento estratégico, não só para falar daquilo que é o novo Regulamento que indicou na última reunião de Câmara sobre a contratação de apoios a novos profissionais. Se o Plano Municipal de Saúde não seria em si um documento mais importante de se fazer e se dentro desse documento termos aí também um regulamento de incentivos aos profissionais de saúde. -----

Deixava também uma pergunta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, se vamos ter Comissão de Saúde. Falou-se no passado em termos na Assembleia Municipal, se iremos ter.

Obrigado” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, representante grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Relativamente aquilo que foi aqui abordado sobre a saúde, tenho um comentário a fazer. Digamos que é o estado deste governo que nos desgoverna. O problema não está só na saúde. Está nas Finanças, na Segurança Social, no Tribunal, está em tudo o que é funcionalismo público. Infelizmente, cada vez funciona pior. -----

Relativamente à presença do Dr. Licínio e da Dr.^a Diana, tenho duas questões -----



Uma questão para o Dr. Licínio tem a ver com a constituição da Comissão do Plano de negócios da futura Unidade de Saúde ULS Leiria. Este Plano, segundo entendi, já está preparado e já foi entregue para ser aprovado. O que é que o concelho de Ourém vai beneficiar com esse Plano. Entendo eu que a Unidade Hospitalar de Leiria, relativamente à área de influência começa a estar subdimensionada, tanto a nível físico como a nível efetivos. Não sei se corrobora da minha opinião. Gostaria de ouvir a sua opinião. -----

Relativamente à Dr.^a Diana. Uma coisa que não entendo e para esclarecer as pessoas, a falta de médicos tem a ver com o governo que não disponibiliza médicos? Tem a ver com falta de efetivos médicos? Nós, concelho de Ourém formamos médico, por isso, quantos médicos é que eventualmente estaremos a formar e porque razão esses médicos não servem o concelho de Ourém. O que está a acontecer a esses médicos? Quais são as áreas mais carenciadas em termos de dificuldade de atribuição de médicos. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Desde já, queria agradecer à Dr.^a Diana Leiria e ao Dr. Licínio pelos esclarecimentos prestados. -----

O tema da saúde, muitas vezes existem muitos mitos à volta disto. Algumas coisas que foram ditas nas intervenções acabam por não ser verdade e deixo-vos aqui um número. Entre 2017 e 2021 o SNS tem mais 6.800 médicos, são números PORDATA. 51.937 médicos em 2017, 58.735 médicos em 2021, os últimos dados disponíveis no PORDATA. -----

Ao Dr. Licínio pergunto: Quem define o acesso às ULS e quem decide a adesão às ULS. Na sua opinião as ULS vão diminuir o número de cidadãos do concelho de Ourém sem médico de família? -----

Uma outra questão que já foi muitas vezes afluída: os cidadãos de Ourém através do CODU têm acesso, em urgência, ao Hospital de Leiria. Caso Ourém optar por não integrar pela ULS Leiria, esse acesso vai continuar a ser exatamente o mesmo? -----

Falou-nos num orçamento ao Plano que os colegas falaram aqui, Plano de negócio da ULS, se Ourém não entrar nessa ULS, qual é a diminuição na verba no orçamento que presumo seja trianual. Qual é a previsão de diminuição que presumo se faça por utentes. Ourém será



certamente o maior concelho da ACES Médio Tejo. Que implicações é que isso terá no orçamento final da ULS. -----

À Dr.^a Diana Leiria, pergunto: através dos meios de comunicação social fiquei com esta noção, é possível que o Centro Saúde Fátima pertença à ULS leiria e o resto do concelho fique fora da ULS Leiria, é uma possibilidade? -----

Existem pedidos de cessação de contratos e de mobilidade de médicos que estão, neste momento, no Centro Saúde Ourém? -----

O último concurso de médicos para ACES Médio Tejo ficou completo? Que número de vagas existia? Que número de médicos é que concorreram? Caso, como foi noticiado, não ficou completo, porque é que isso acontece? Se é de facto um problema estrutural, temos poucos médicos, falta de médicos formados que queiram trabalhar em Portugal ou se é um problema só da ACES Médio Tejo” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Mais uma vez boa tarde -----

As minhas questões vão para a Dr.^a Diana. Temos vivido momentos muito difíceis, anos extremos para todos, autarcas, profissionais, sobretudo para as pessoas que não têm médico. A Dr.^a é a responsável pelo ACES, pergunto, certamente reporta à sua tutela o que se está aqui a passar, certamente a sua tutela sabe o que as pessoas aqui sofrem com a falta de médicos. Gostaria de perguntar o que eles respondem sobre os apelos, as angústias. Certamente nos seus relatórios e nas reuniões que tem com eles, que tipo de resposta dá a sua tutela? -----

A Dr.^a falou sobre os centros de saúde, também gostaria de ter ouvido falar sobre as extensões de saúde, onde existem muitos idosos, nomeadamente, na zona norte do concelho, onde há muitos idosos, muita gente que não tem transporte, pessoas que precisam realmente de ajuda. Vejo as extensões de saúde em grandes dificuldades. Pergunto, é para manter assim? Tem algum plano para colocar mais médicos? -----

Perguntava ainda, na qualidade de Presidente de Junta de Urqueira, numa reunião que tivemos em 2021, foi dito que estariam a pensar contratar médicos lá fora. Passaram-se 2



anos, gostaria de saber se essa ideia já se consolidou ou não, ou já não haverá a contratação de médicos lá fora. -----

Ao meu colega do MOVE, dava as boas vindas ao MOVE a esta questão sobre a saúde. Nós já andamos aqui há muitos anos, muitos anos. Os meus colegas, há dois anos, 5 colegas presidentes de junta, juntamo-nos, reivindicamos mais médicos e eu não vi o MOVE a fazer nada. Se fez, peço desculpa. Não vi nada. 5 presidentes de junta lutaram, há dois anos, por falta de médicos e não vi mais nada. -----

Ao meu colega Nuno Baptista que há muitos médicos porquê? Porque o próprio governo baixou de 40 horas para 35 horas de trabalho e houve necessidade de contratar muito mais médicos. O senhor está muito contente por haver mais médicos, então que venham para o concelho.” -----

= **FILIPPE REMI CALLEBAUT MENDES**, grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Cumprimentava a todos -----

Gostaria de colocar uma pergunta ao Dr. Licínio. Ouvi os dois discursos, mas acabei por não perceber qual a vantagem real de tudo isto que está a acontecer, de toda esta alteração que estão a solicitar. Quais as vantagens para a população nestas alterações? Sobretudo que estamos num concelho onde já temos uma situação que é a de Fátima e que está a funcionar e, aparentemente, não há grandes problemas. -----

Temos um problema, porque esta situação está numa ponta e o concelho estende, onde as tais extensões seriam uma parte integrante da solução. Esticar isto para leiria, qual era a vantagem real? Se esticarmos isso para a outra ponta do concelho, o que é que isso trará de melhor se ainda o vamos afastar mais dos hospitais.” -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA**, do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Cumprimento a todos -----

Agradeço aos convidados os esclarecimentos que deram. -----

Infelizmente, não conseguiram dar nenhuma resposta a nós e às pessoas que nos estão a ouvir, assim como à problemática da saúde no concelho de Ourém e no país, infelizmente. -----

Vou tentar ser prático e ajudar/colaborar. O Dr. Licínio falou da ULS Leiria. Há possibilidade dessa Unidade Local de Saúde ficar mais próximo do concelho de Ourém? já não pedia para



ficar no concelho de Ourém. Por exemplo Santa catarina da Serra que tem boas acessibilidades, ou próximo, para também servir um dos concelhos mais populosos. Efetivamente, temos mais unidades, mas não temos os recursos para lá colocar, é mais difícil. Se não há recursos, não vale a pena haver as instalações. -----

Em relação à Unidade de Saúde mais atrativa, há possibilidade de converter a Unidade de Saúde de Ourém, há possibilidade de a tornar mais atrativa para os médicos? O senhor Presidente falou que haveria um projeto para reconverter aquela Unidade, tenho certeza que amanhã pensaria isso se houvesse necessidade de tornar essa Unidade mais atrativa. Isso daria a resposta porque os recursos humanos não os conseguimos gerar de um dia para o outro. Há duas questões em relação à saúde e à falta de médicos que são, a base de educação, não temos condições para criar novos médicos e as bases. Depois a questão da mentalidade de criar a prevenção, sendo uma questão mais de mentalidade, não se resolvendo em 5 ou 10 anos, para que as pessoas desenvolvam atividades e tenham uma vida mais saudável para evitar de recorrer tanto aos serviços de saúde. -----

Obrigado” -----

= **VIRGÍLIO ANTUNES DIAS**, na qualidade de Presidente União Freguesias Matas e Cercal, expôs o seguinte: “Boa noite a todos -----

Gostaria de fazer duas perguntas, não sei a quem as dirigir, mas penso que será à Dr.^a Diana Já há data prevista para a conclusão deste processo, se ficamos ou não a pertencer à ULS Leiria. -----

Outra questão, caso o concelho de Ourém ou parte do concelho de Ourém não faça parte desta ULS, as Freguesias, por exemplo as Matas, pode pedir para passar para a ULS Leiria.” --

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de colocar uma pergunta à Dr.^a Diana. Sendo este assunto da saúde difícil de compreender, pelo menos para mim que sou leigo na matéria, gostaria que me esclarecesse. Ao que entendi, existem dois modelos organizativos no concelho de Ourém. Um deles, modelo organizativo que lhe chamou B, para Fátima e o outro para o restante concelho de Ourém. Segundo entendi, ao nível de Fátima as coisas estão a funcionar relativamente bem, quer em



termos de número de serviços, contudo coisa bem contrária se passa no restante concelho de Ourém, nomeadamente, nas extensões nas diversas freguesias. Desses dois modelos, o modelo organizativo de Fátima tem condições pecuniárias, bastante mais favoráveis que o restante concelho de Ourém. Pergunto se esta diferenciação pecuniária é uma das razões para que o concelho de Ourém não atraia médicos e alguns dos quais abandonem os postos de saúde. -----

A segunda questão, gostaria de saber o que é que o ACES pode fazer relativamente a isso. Já agora, para ser concreto, no que é que o Município de Ourém pode ajudar o ACES a resolver esta questão, que me parece extremamente pertinente. -----

Obrigado” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Corroborando as palavras do meu colega Orlando, para justificar os 6 mil e 800 médicos a mais, isso é verdade? Fazendo contas, os 51 mil 937 em 2017 a fazer 40 horas e 58 mil 735 em 2021. São mais 6 mil e 800 médicos e menos 21 755 horas por semana, trabalho normal, depois falta o suplementar. -----

A minha pergunta vai para a Dr. Licínio, pergunto quais as vantagens para Ourém/população de Ourém tem para integrar uma ULS Leiria, porque acho que Portugal precisa de várias reformas, como seja Justiça, Educação e, neste caso, a Saúde. Não se tem feito absolutamente nada. O modelo que existe não funciona bem, isso é unanime. -----

Gostava de perceber quais as vantagens da população pertencer à ULS leiria.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de agradecer a presença da Dr.^a Diana e do Dr. Licínio -----

Em primeiro lugar, acho que é importante enaltecer o trabalho que os médicos de família têm feito no nosso concelho, apesar de serem menos têm feito um excelente trabalho e têm conseguido aumentar o número de consultas, como aqui foi referido. Têm feito um excelente trabalho também a nível do foro psiquiátrico. Acho que isso também é importante e de louvar. --



Todos já percebemos qual era o modelo ideal para o nosso concelho, era mais centros de saúde como o que existe em Fátima. Pergunto, é viável ter este modelo B aqui em Ourém? Servindo também o norte do concelho que precisa muito deste apoio. -----

Uma outra questão, o que é que falta para conseguir preencher as vagas que, neste momento, não estão preenchidas. É o aumento de salário? Quais seriam as condições ideais para conseguir trazer mais médicos para concelho” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL respondeu à pergunta que lhe foi direcionada sobre a Comissão de Saúde, tendo referido que a mesma será criada caso a Comissão Planeamento Estratégico assim o decida. -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “A questão que me foi colocada pelo deputado Victor Santos é pertinente, Plano Municipal de Saúde. Dizer-lhe que está previsto quando o Município aceitar a delegação de competências na área da saúde. Com sabe, isso ainda não aconteceu, uma das situações que está prevista nessa descentralização de competências é precisamente a criação do Plano Municipal de Saúde. Quando isso acontecer iniciaremos esse processo contando sempre com a ajuda e colaboração dos profissionais de saúde e IPSS que também estão envolvidas nesta área. -----

Como também disse, na última reunião de Câmara iniciámos um processo para melhor atrairmos médicos para o concelho, uma coisa à parte deste Plano Municipal de Saúde que será iniciado logo que tenhamos a competência assumida. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o Presidente Conselho Administração Centro Hospitalar de Leiria, Dr. Licínio Carvalho, expôs o seguinte: “Vou tentar ser mais claro do que eventualmente aquilo que tentei, mas não consegui na apresentação. -----

Algumas perguntas são comuns e ou são próximas. E há uma pergunta, o que é que a população ganha com este novo modelo. A segunda pergunta, como é que se resolve a falta de médicos dos centros de saúde e do centro hospitalar atual. Infelizmente não sei, não tenho a certeza como se resolve o problema da falta de médicos nos centros de saúde e nos hospitais. Agora, não tenho a certeza absoluta que a ULS vai ser um problema e não uma solução. Acho que é importante que nos posicionemos neste ponto de vista. Todas as pessoas dizem, acho



que estamos todos mais ou menos de acordo, que o modelo como está não funciona, que há problemas, que há dificuldades e que temos de mudar. O que estamos a assistir é uma tentativa de mudança, e não se melhora sem mudar. Pode-se pior, mas seguramente não se melhora sem se mudar. E a mudança é a parte essencial de qualquer processo de gestão, seja das nossas vidas, nas empresas, na gestão pública, seja onde for. Acho que devemos, de alguma forma e com algumas incógnitas, dar o benefício da dúvida a esta alteração ou a esta reforma, se assim lhe quisermos chamar. Desde há muitos anos que não se constituíam Unidades Locais de Saúde, mas a situação está num ponto em que é preciso tentar fazer algo. A primeira vantagem essencial que o modelo ULS tem é que elas são EPE – Entidades Públicas Empresariais e tem uma capacidade gestonária, tem meios de gestão, tem instrumentos de gestão, seja de planeamento, seja de organização, seja do que for, seja de natureza financeira, seja de natureza contratual que, infelizmente os ACES não têm. Depois a Dr.^a Diana poderá corroborar isto ou não. E as própria ARS não têm. -----

Falo com muitos profissionais de saúde, nomeadamente os ACES, ainda hoje falava com um de manhã que me dizia, estou à espera, há 4 meses, que a minha ARS consiga autorização para fazer um contrato de serviços. Se fosse uma ULS EPE poderíamos estar a falar, e não estou a exagerar, de 4 horas ou 4 dias se quisermos. Isto, quer queiramos, quer não, tem de valer qualquer coisa. Em termos de investimento, a capacidade de atuação de uma ULS, pelo facto de ser EPE, não tem rigorosamente nada a ver com o modelo atual dos ACES ou das ARS. Falei com colegas e autarcas, nomeadamente do sul, que me dizem que nos centros de saúde e em algumas extensões, as condições de trabalho não são compatíveis com aquilo que é suposto existir hoje, em pleno século XXI. Portanto, acho que este modelo ULS, pela aproximação que traz das autarquias à gestão da saúde, e a gestão da saúde como a gestão da segurança ou a gestão da educação, são pilares essenciais da nossa vida e da nossa modernidade. Acho que é um ganho muito importante que espero que se vá ter. -----

Como sabem, as ULS têm no seu concelho de administração um membro executivo, um administrador executivo que é indicado pela Comunidade Intermunicipal, não é nomeado pelo Governo. É um elemento executivo que vai fazer a ligação de proximidade e de trabalho



conjunto com as autarquias, completamente diferente daquilo que existe atualmente. Do meu ponto de vista, isto é, de facto uma boa oportunidade. -----

Tentar responder a algumas questões -----

Aquilo que se pretende com as ULS é fazer uma integração de níveis de cuidados hospitalares, cuidados primários e cuidados continuados. Já tivemos experiências de integração de cuidados hospitalares com a constituição do centro hospitalar e devo dizer que ainda não houve nenhum centro hospitalar que tivesse sido desfeito. Devo dizer também que não conheço reações de profissionais a essa integração que tem sido feita. E há outras que estão em curso na nossa região centro. Penso que a integração dos cuidados, a aproximação, o ganhar escala é absolutamente mandatório. No Centro Hospital Leiria temos um hospital em Alcobaça e um hospital em Pombal. Não conseguimos contratar um médico de nenhuma especialidade que queira ir trabalhar só para o hospital de Pombal ou só para o hospital de Alcobaça, querem, no mínimo, trabalhar no hospital de Leiria e depois irem também ao hospital de Pombal ou ao hospital de Alcobaça. Por razões de economia de escala, por razões de dimensão, por razões de apoio dos outros serviços, por razões de integração de serviços mais diferenciados, de acesso a outras técnicas. É isto que hoje move muitos dos nossos profissionais de saúde. A medicina autónoma, a medicina individual. -----

A questão do SAP. Nós, grupo de trabalho, apenas fomos incumbidos de elaborar o Plano de Negócios que é um documento onde se faz uma antevisão daquilo que poderá ser a instituição ULS RL nos próximos 7, 8, 9, 10 anos. Não constituímos nenhum plano de atividades, nem nenhum plano estratégico, não elaboramos nenhum orçamento nem nenhum mapa de profissionais. Esse trabalho de execução caberá à ULS da Região de Leiria. Não vamos confundir um Plano de Negócios, uma antevisão, um estudo que justifica ou não justifica a criação da ULS que não seja apenas a soma das partes que, neste momento, estão dispersas nas instituições que vão compor a ULS da Região Leiria. -----

Deixem-me dizer, a propósito da integração de cuidados. Em 10 semanas, o tempo que mediou entre a nomeação do grupo de trabalho e a entrega do relatório, foi possível fazermos 31 projetos clínicos que envolveu médicos do hospital, médicos dos centros de saúde, médicos de saúde pública, enfermeiros dos vários níveis, outros técnicos de saúde dos vários níveis. Em



10 semanas fizeram-se 31 projetos clínicos, 27 de natureza geral e 6 específicos da saúde pública. Esta é também a oportunidade de termos uma Unidade de Saúde Pública que será uma grande Unidade, terá mais de 50 profissionais. A saúde pública não pode ser esquecida, não pode ser recordada só quando há pandemias, como foi o caso. Passou a pandemia e a saúde pública quase se eclipsou. A saúde pública é a base, digamos assim, da Saúde que é transversal a todos os cuidados de saúde. -----

Não fora esta oportunidade, fazer 31 projetos, não era fácil estarem sentados à mesma mesa, responsáveis clínicos dos vários serviços do hospital, dos vários ACES, trabalhassem juntos, fazer diferente daquilo que é habitual. Fazer diferente com grande vantagem para os doentes e com poupança de recurso, há duplicações que existem que provavelmente vão ser eliminados, uma tarefa da governação da ULS para justificar que a decisão que foi tomada, foi ou não uma decisão certa. -----

Falou-se também na literacia. É um dos projetos que está indicado. Todos ouvimos falar em literacia, de facto, há um défice de literacia e saúde. Uma coisa é sabermos que quando temos necessidade de recorrer a um serviço de saúde, não devemos ir logo às urgências hospitalares. Temos de saber isso. temos liga para a linha da Saúde 24, temos de ir ao nosso médico assistente. O problema é quando isso falha. A literacia é importante e é um projeto que também está naturalmente no Plano de Negócios. -----

Refiro ainda que o dimensionamento ou o subdimensionamento, as necessidades de investimento que esta ULS vai necessitar, que as estruturas do concelho de Ourém, em particular, serão necessárias fazer, será também a futura governação a fazê-las, embora como disse, todos os investimentos que estão em curso, que estão listados, que estão candidatados ao PRR, estão candidatados ao 2020 e que estão em vias de candidatar-se ao Portugal 2030 serão mantidos e desenvolvidos, independentemente da ULS ou da não ULS. É dentro desse trabalho que, futuramente, se verá se as estruturas estão ou não dimensionadas ou subdimensionadas ou até sobredimensionadas aqui ou ali. -----

Benefício para Ourém, é o benefício que Leiria tenha, que a Batalha, que Alcobaça tenha, etc. o benefício é realmente aproximar os níveis de cuidados e criar condições para que as pessoas tenham o atendimento mais célere, mais integrado e mais coeso. É isso que se procura obter.



Acesso às ULS. Confesso que não percebi. Estamos a falar de doentes? De população em geral? A direção executiva decidiu agregar os serviços de uma determinada forma, comunicando aos municípios. O grupo de trabalho partiu do pressuposto que esta ULS vai acontecer com o formato geográfico institucional, objetivo e subjetivo que está enunciado. Como vai ser gerido o processo em termos de contacto concreto da Direção Executiva e o Ministério da Saúde com os vários municípios que estão envolvidos, neste e noutros pontos do país. Não está só em curso a ULS Leiria, a sul estão outras que já arrancaram, Lezíria, Alentejo. A norte estão outras também em curso, Aveiro, Guimarães, etc. Há várias decisões desta natureza que estão a ser desenvolvidas e os concelhos vão ser envolvidos ou terão sido envolvidos, não por nós, membros do grupo de trabalho ou representantes das instituições que integram ou integraram, mas pela própria Direção Executiva. -----

Impacto orçamental se Ourém não entrar. Já disse não temos um orçamento feito, o que temos, em termos de projeção, é o orçamento do Centro Hospitalar mais a componente dos orçamentos dos concelhos que são integrados e que fazem parte dos vários ACES. Foi desse agregado que fizemos essa projeção orçamental. Se houver uma decisão que sejam que o município A ou B não entram, haverá essa componente do orçamento previsto que não entrará e entrará para outra instituição que integrar os serviços primários dessa população. -----

Repito a ideia, fizemos um Plano de Negócios, não sabemos quando vai ser, se vai ser, quando vai entrar em vigor. o processo está em curso, como vai ser o ritmo, o calendário, isso é uma questão que escapa, pelo menos a mim. Se o processo for adiante, terminará com uma aprovação em Conselho de Ministros, a publicação de um Decreto Lei que levará a que seja nomeado um Conselho de Administração que terá um prazo para fazer o seu Regulamento Interno, preparar os seus planos de atividades e orçamentos e assim sucessivamente. -----

Vantagem para a população. São as vantagens dos processos comuns, da efetiva integração, da escala que os serviços têm e também uma vantagem que não damos o devido valor, mas que é importante. Há extensões de saúde que fecham, não porque não há médico, mas porque não há assistente técnico. Os centros de saúde não têm capacidade de dar uma resposta imediata, contratar uma pessoa em substituição. A ULS tem essa capacidade. A grande vantagem é a da agilidade, mecanismos de gestão que são essenciais nos serviços de saúde



os serviços de saúde têm uma responsabilidade muito próxima das pessoas, muito efetiva em termos de tempo. E estamos a falar de instituições como os centros hospitalares que funcionam 24 sobre 24H, e temos 4 instituições que funcionam assim. Temos uma taxa de absentismo elevada, como acontece em todo o país e se não tivéssemos esta capacidade gestonária, acreditem que era difícil manter um nível mínimo de resposta. -----

Sede da ULS. Se a sede for na cidade de Leiria, Ourém fica relativamente próximo, não sei onde vai ser. Deduzo, por aquilo que já aconteceu noutras ocasiões ou noutras situações, não é por razão de maior ou menor prestígio de um ou outro concelho, nem tão pouco a população que tem, provavelmente Decreto que criar esta ULS definirá que a sede será no Centro Hospital. É aí que está o corpo e a carga gestonária e os serviços de suporte. -----

----- Tomando a palavra, a Diretora Executiva ACES Médio Tejo, Dr.^a Diana Leiria, expôs o seguinte: “Agradeço as perguntas que fizeram -----

Uma vez que o DR. Licínio Carvalho já teve a amabilidade de responder às questões mais relacionadas com a Unidade Local Saúde, o que agradeço. Vou centrar-me mais as questões que estão mais relacionadas com os serviços de saúde de cuidados primários. -----

Quase todos colocaram a questão, é o modelo USF mais apelativo, mais atrativo para as equipas de saúde? É possível fazer um modelo USF organizativo, modelo B na parte do Centro Saúde de Ourém, na parte norte do concelho? Sim, é possível, mas é preciso que haja médicos. O modelo USF – Unidade Saúde Familiar foi introduzido com reforma de 2008 dos Cuidados Saúde Primários e é, mais ou menos consensual, por todos os governos que, entretanto, foram passando, que é um modelo melhor quer para os profissionais enquanto equipa, quer para os utentes dados os resultados que têm obtido. Existem imensos estudos e até relatórios do Tribunal de Contas que dão conta das melhorias introduzidas com este modelo organizativo. -----

A criação da Unidade de Saúde Familiar depende e é da iniciativa dos profissionais. Não é uma coisa que depende de Decreto como a ULS. É preciso que os profissionais de organizem e tenham vontade de trabalhar neste modelo. Do ponto de vista do atendimento ao utente, para além de muitas outras diferenças, eu destacava uma absolutamente essencial, a obrigatoriedade de intersubstituição. Quando se forma uma USF todos os profissionais têm de



trabalhar enquanto equipa e quando um está ausente, os outros são obrigados a substituir o colega ausente. Ao utente, mesmo que o seu enfermeiro ou médico de família esteja ausente, continua a ser atendido porque a equipa é solidária com os membros ausentes e obrigada à intersubstituição. -----

Outra grande vantagem é o horário de funcionamento que tende a ser entre as 8 e as 20H, embora em alguns casos, dada a ausência de profissionais, poderá haver um horário mais reduzido. -----

Uma vez formada esta equipa e é necessário haver médicos, estamos perante o modelo A, são organizadas como as USF modelo B, mas ainda não conseguiram encontrar o nível de maturidade, ainda não têm anos suficientes de funcionamento para terem todo o procedimento de qualidade que é exigido. A candidatura ao B acontece numa plataforma nacional que cai na ARS e obriga ao cumprimento de uma série de itens não só de produção como de qualidade e obriga a uma auditoria externa e só depois passa a modelo B. Portanto é possível. E é essa a intenção, não só deste governo, como tem sido de todos os outros governos anteriores, conseguirmos dar aos nossos utentes esta possibilidade de todos serem atendidos em USF. Para termos uma cobertura de 100% de USF é preciso que haja condições que passam um pouco por aquilo que o Dr. Licínio disse há pouco, tem a ver com o trabalhar em equipa, com técnicas, com capacidade de tirar dúvidas, de fazer reuniões clínicas e isso obriga a não trabalhar sozinho. -----

Quando temos uma Unidade de Saúde de Serviços Personalizados como é a USSP Ourém, com 13 polos, em que cada médico trabalha sozinho, exceto Caxarias e Freixianda que pela dimensão deveriam ter 2 médicos cada, isto coloca em causa a evolução do modelo. Da mesma forma que coloca em causa uma outra questão colocada por várias pessoas, e tem a ver com a idoneidade formação específica de médicos. Não formamos médicos em Ourém, formamos especialistas de medicina geral e familiar em Ourém, mas formamos na UFS Fátima, porque não há instalações suficientes para ter consultórios para os médicos internos e os médicos de formação precisam ter consultórios para poderem capacitar-se para o futuro. Razão pela qual falei com a Câmara no sentido de nas verbas do PRR ou no 2030 conseguir um aumento do espaço na própria sede do Centro de Saúde de Ourém. Na USSP, pela



dispersão, não conseguimos ter esta capacidade. É possível fazer USF com polos e é isso que se pretende e ninguém quer fechar os polos todos. Temos é de arranjar uma organização em que apesar dos polos, seja possível as equipas passarem algum do seu tempo em conjunto e que a utilização dos polos, pelo menos os mais pequenos, seja mais reservada aqueles utentes que efetivamente têm dificuldade na sua mobilidade, o que não são todos. -----

Quando se fala em medicina geral e familiar, não estamos a falar só em consulta de recurso, ou seja, o utente via à consulta pedir os medicamentos, baixa ou os exames complementares. Isso é o tempo de medicina que as novas gerações não querem, querem para além disso fazer as valências, intervir na saúde das pessoas, proporcionar-lhes mais anos de vida e com melhor qualidade. Fazer rastreios, fazer aquilo que foi aqui dito, participar e fazer literacia em saúde, planos de literacia. Não basta explicar às pessoas quando podem ou não podem ir à urgência porque não são só as urgências que estão cheias de utentes que são classificados de pouco ou não urgentes, também os centros de saúde são muito procurados por pessoas ao mínimo sinal. Muitas pessoas não têm a capacidade de se ajustarem ao tipo de situação que têm, o que vai criar distúrbios na procura porque, por outro lado, temos pessoas que precisam mesmo de ir ao médico e não o fazem. É este tipo de educação que temos de fazer. -----

A questão dos médicos. Como se consegue cativar médicos. Temos vindo a fazer vários relatórios à Tutela e mais diretamente ao Conselho Diretivo da ARS-LVT. Temos colocado várias alternativas. Desde logo a conseguirmos aumentar a nossa idoneidade formativa na formação específica para conseguirmos ter mais vagas em Fátima e conseguirmos também idoneidade formativa na USF Auren para conseguirmos formar mais especialistas. Os médicos quando entram na sua formação específica, já fizeram 6 anos de curso superior, fizeram 1 ano de internato geral nos hospitais, estando numa idade em que as escolhas acontecem. Se conseguirmos que façam aqui o internato, temos mais possibilidade que depois queiram cá continuar. A continuidade das unidades passa muito por esta capacidade formativa e por esse aumento das vagas. Mas não basta aumentar as vagas, é preciso que sejam preenchidas pelos médicos que se querem formar. Devo dizer, o ano passado apesar de haver mais médicos do que vagas, houve vagas que ficaram vazias. Temos de fazer alguma coisa. Como disse o Dr.



Licínio e eu concordo plenamente, como estamos, não estamos bem, não conseguimos dar a resposta que gostaríamos. Alguma coisa temos de fazer para mudar. -----

Na minha opinião e a nível cuidados primários é essencial aumentar a capacidade formativa, conseguirmos que as nossas vagas sejam mais atrativas, quer pela disponibilização de incentivos que por si só não chegam para captar médicos, mas também sermos capazes de lhes dar outras condições de trabalho. Essas condições de trabalho é não os ter a trabalhar sozinhos numa extensão onde não conseguem tirar dúvidas com ninguém, onde não têm outros colegas e onde lhes cai, digamos assim, todos os problemas. Quando distribuo os novos médicos, vejo perfeitamente que pretendem ir embora porque não querem trabalhar sozinhos. É uma realidade, custa a dizer e ainda mais a ouvir, mas é real. -----

Médicos estrangeiros. Tivemos uma reunião com os vários presidentes de junta do concelho, dado haver freguesias sem médico, e apresentamos várias propostas à Tutela, uma delas à semelhança do que fizemos em 2014, contratação de médicos estrangeiros, mas não tivemos acolhimento. Tivemos acolhimento na atribuição de incentivos a essas vagas. No ano passado, houve vagas para o concelho que duplicavam o vencimento e, mesmo assim, não conseguimos preenche-las todas. Relativamente às vagas o ACES Médio Tejo tem vindo a acompanhar todos os atos da Região Lisboa e Vale do Tejo no que diz respeito aquilo que é pertinente nos candidatos às vagas. Até 2020/2021, todas as vagas que tínhamos conseguíamos ocupa-las, provavelmente por sermos o ACES de Lisboa e Vale do Tejo mais próximo da A1 e mais próximo da região Centro e da região Norte. Acontecia que passado seis meses/um ano, os médicos exoneravam-se, concorriam no concurso de mobilidade e encontravam vaga no Norte e aproximavam-se de casa e ficávamos sem médico. Atualmente, tem havido um comportamento diferente e não concorrem. No último concurso na época normal, no ano passado, no global, tivemos 12 vagas e apenas preenchemos 7. E, destas 7, no primeiro mês uma senhora exonerou-se. -----

Também dizer-vos que do ponto de vista dos médicos especialistas que fazem a sua especialidade connosco, com os ACES, no Serviço Nacional de Saúde, muitos destes médicos, assim que terminam a especialidade fazem exame de saída e já não vêm sequer, porque não tencionam concorrer para o Serviço Nacional de Saúde. Talvez fosse bom fazer um estudo que,



penso ninguém fez, mas efetivamente pelo menos no que respeita aos médicos de família, quase todos têm pronúncia do Norte, nomeadamente, os mais novos que estão a trabalhar connosco. Setia bom percebermos porque há tantos médicos no Norte, mesmo os que tiraram o curso de medicina nas faculdades de Lisboa, muitos são do Norte. Depois, há esta tendência natural, as pessoas quando pensam ter filhos tentam aproximar-se da família, em busca de apoio familiar. -----

Outras tentativas para fixar médicos. Candidatámos a USF Auren ao modelo B e estamos a tentar ajudar a Unidade nos processos de qualidade que são muito trabalhosos. Temos vindo a fazer essa acessória de forma a ajudar esta Unidade. -----

Dizer também que, relativamente à capacidade de contratação de enfermeiros, temos tido alguma facilidade que não tínhamos antes, isto porque a ARS permitiu que criássemos uma bolsa de recrutamento que é válida por 1 ano. Quando temos necessidade de enfermeiros conseguimos ir à bolsa e colmatar assim essa ausência. Isso não acontece com os médicos porque não temos médicos para fazer essa bolsa. -----

Resposta da Tutela quando comunicamos estes problemas. Há pouco tivemos reunião com o senhor Ministro da Saúde, onde esteve também o Presidente da ARS. Estivemos reunidos para apresentar várias soluções, várias estratégias e hipóteses. Até partilhámos algumas soluções encontradas para alguns ACES, no sentido de podermos transmitir à nossa Tutela soluções no imediato. -----

Na minha opinião carecemos de 2 intervenções. Uma a longo/médio prazo, temos investido mais na formação de médicos, de forma a que os médicos sejam formados por nós e possamos dar continuidade às Unidades e melhorarmos o modelo organizativo das nossas Unidades de forma a trabalharmos em equipa. Por outro lado, precisamos de medidas imediatas e temo que se eu continuar a levar os meus profissionais à exaustão, como tem acontecido até agora, com uma quantidade absolutamente louca de horas suplementares para conseguir dar algum acesso a consultas dos utentes sem médico de família, temo que isto não possa durar muito mais tempo, porque há um limite humano a partir do qual é impossível da resposta. -----



Lembro ainda que este problema surge e agrava-se depois de uma pandemia de 2 anos, em que os profissionais de saúde estiveram sempre a trabalhar e a responder. Noto aqui em Ourém, por exemplo, tivemos uma taxa de vacinação contra a Covid e de reforço gripal, nestes 2 anos, absolutamente extraordinária. Em Ourém, no reforço gripal atingimos uma taxa de quase 100%. Há realmente um trabalho enorme que durou muito tempo e obrigou gente fora das Unidades, levando a muitas horas de trabalho que teve de ser feito, obrigando as pessoas a um cansaço extremo e agora estarmos-lhes a pedir para continuar neste regime de 50 ou até 60 horas por semana, é difícil. Deixava só uma nota, os médicos integram uma carreira especial, os do regime antigo fazem as 35H semanais, mas os médicos mais novos integram o regime atual, fazem 40H semanais. -----

Penso ter respondido ter respondido, se falhei alguma coisa, peço desculpa.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu, mais uma vez a presença quer do Dr.^a Diana Leiria, quer do Dr. Licínio Carvalho que se disponibilizaram a prestar os esclarecimentos que entenderam por necessários, no âmbito da matéria em debate. -----

02.02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, registando-se as intervenções dos munícipes, senhores: -----

----- MARIA DO ROSÁRIO antes de abordar a temática da saúde, manifestou o seu desagrado pelo facto de não ter sido impedida de entrar na sessão antes do início dos trabalhos, tendo aguardado na rua e entrado conjuntamente com quem estava inscrito para intervir no decorrer dos trabalhos, sendo que as restantes pessoas permaneceram na entrada do edifício. -----

Quanto ao tema da saúde, comunga das preocupações apresentadas no decorrer deste debate e comuns a todos os ourenses, tendo abordado esta matéria na reunião camarária do início do mês, procurando respostas que possam solucionar o problema que se vai agravando. -----



Importa mudar esta situação. Há muitas pessoas sem médico de família que se deslocam, de madrugada, ao Centro de Saúde para conseguirem uma consulta. Uma situação vergonhosa que precisa ser solucionada, nomeadamente, pelo poder central que deveria dar resposta à carreira dos profissionais, dando-lhes incentivos para que venham para as zonas do interior. ---

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse ter tido o cuidado de se deslocar junto de um grupo de cidadãos que se encontrava no exterior do edifício, previamente ao início dos trabalhos, para explicar que, por limitações físicas do espaço, era impossível a entrada de todas as pessoas, garantindo o acesso a todos os que usaria da palavra, pelo que, logo que houve condições os mesmos foram convidados a entrar.

A oportunidade de participação nas sessões da Assembleia Municipal nunca foi vetada, sendo dada assim que se verificaram condições de bem-estar e segurança para todos os presentes. --

----- FABIANA SILVA, em representação de um grupo de pais do concelho com crianças portadores de deficiência, abordou a questão da educação. -----

O intuito da sua abordagem assenta na partilha das dificuldades sentidas pelos pais das crianças com deficiência, sensibilizando a autarquia para os apoios técnicos que estas crianças têm direito, na área de educação, nomeadamente, recursos terapêuticos, acessíveis apenas no setor privado e conseqüentemente não acessíveis a todas as bolsas, sugerindo a elaboração de protocolos com entidades, eventualmente, clínicas que possam dar uma resposta aos pais que procuram o bem estar para os seus filhos portadores de deficiência. -----

Referiu reconhecer e valorizar o trabalho dos profissionais da educação, nomeadamente, os professores, assim como das entidades que colaboram nesta questão, mas, conforme disse, não é suficiente, o que é sentido pelos pais que esperam respostas da autarquia que possam minimizar as dificuldades sentidas pelos pais de crianças portadores deficiência.

----- LURDES GOMES, natural da União Freguesias cercal e Matas, abordou a questão da saúde no concelho, referindo a sua colaboração na recolha de assinaturas de quem pretende participar do abaixo-assinado requerendo mais médicos para o concelho de Ourém, encontrando muitas pessoas idosas que não têm médico de família e sem condições de se deslocarem ao Centro de Saúde de Ourém para conseguirem uma consulta médica. -----

Manifestou o seu desagrado pelo facto do Presidente da União Freguesias de Freixianda ter



dito que o abaixo-assinado era uma fraude, quando se trata de um trabalho de luta por um bem maior em prol dos mais idosos. -----

Apelou para que se faça alguma coisa pelo povo de Ourém que sofre as consequências da falta de médicos no concelho. É urgente arranjar soluções para este problema que se agudiza.

----- ANABELA HENRIQUES agradeceu o debate deste tema que, no seu entender, deveu-se a ação popular que se manifestou reivindicando respostas para os problemas existentes a nível da saúde no concelho. Conforme disse, a grande força está nas pessoas e são elas que elegem os políticos que deveriam trabalhar para elas, dando respostas. -----

Conforme disse, o abaixo-assinado que está a decorrer, contando com mais 2.500 assinaturas, é um direito e uma forma das pessoas lutarem por algo que consideram carecer de melhorias, como é o caso da saúde em Ourém. Apelou para que a população não se escusasse de colaborar no abaixo-assinado, procurassem ajudar e não boicotar a iniciativa. -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que o debate não é inédito, inclusivamente, foi criada uma Comissão de Saúde no mandato anterior para discutir estes temas. -----

Relativamente ao abaixo-assinado, enalteceu a iniciativa, sugerindo torná-lo numa petição pública a fim de dar entrada na Assembleia da República. -----

Agradeceu ainda ao Movimento de cidadãos espontâneos pelo trabalho que tem feito em prol desta causa. -----

----- MARGARIDA MOURA abordou o tema da saúde no concelho de Ourém, referindo estar a defender um interesse que é de toda a população ourensense, pelo que tem colaborado na recolha de assinaturas. -----

Esteve atenta às intervenções dos convidados, questionando a possibilidade de ser criada alguma ULS no Médio Tejo. Sobre a possibilidade de Ourém vir a integrar a ULS Leiria, defende que a população deve ser ouvida antes da decisão final. -----

Questionou ainda quais os incentivos que o Município está a desenvolver para atrair profissionais de saúde para o concelho, uma vez que, no seu entender, os problemas com a saúde devem-se à falta de infraestruturas e atratividade, dando o exemplo da sua filha,



profissional no hospital de Santarém, diariamente, leva o seu filho de 7 meses para uma cresce em Pombal, o que considera inadmissível. -----

Sobre o texto que o Presidente da Câmara Municipal escreveu e divulgou no Facebook do Município, aludindo a que os munícipes estavam exaustos e descompensados, referiu que o vocábulo “descompensados” é um termo normalmente usado pelos profissionais de saúde. ----

Manifestou o seu desagrado por não ter acesso imediato à sala onde ia decorrer a sessão, sendo facultado mais tarde. -----

----- DANIEL OLIVEIRA, antes de abordar a questão da saúde, manifestou o seu desagrado pelo ocorrido no início da sessão, tendo subido à sala já decorriam os trabalhos. -----

Tratando-se da discussão do tema da saúde, era previsível que a população quisesse ouvir aquilo que os responsáveis autarcas tivessem para esclarecer, colocando eventualmente questões, pelo que seria de realizar a sessão num local que permitisse a presença de mais ourenses. -----

Manifestou interesse em consultar o Regimento da AMO e sugeriu a descentralização das sessões da Assembleia Municipal, possibilitando a intervenção dos fregueses da respetiva localidade. -----

Sobre a temática da saúde no concelho, estranhou não haver uma Comissão de Saúde para abordar esta questão. -----

Referiu que há cerca de 15 mil utentes sem médico de família em Ourém, sendo um grave problema que urge colmatar, senão tende a agudizar-se. -----

Sobre a criação da ULS Leiria disse saber da existência de 5 concelhos do distrito de Leiria que não pretendem aderir, deduzindo-se que a confiança neste projeto não é muito grande, convidando Ourém a participar dada a atratividade inerente aos seus 45 mil habitantes. -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que o Regimento pode ser consultado na plataforma da AMO, contudo será ofertado um exemplar. ---

Relativamente à descentralização das sessões, a iniciativa já decorreu, na Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias e em Fátima, sendo intenção continuar com a mesma. -----

Quanto à Comissão de Saúde, referiu que a mesma já existiu no mandato anterior, sendo constituída logo que a Comissão Planeamento Estratégico assim o delibere. -----



----- RAFAEL HENRIQUE, médico de família em Leiria, salientou que esta é a primeira Assembleia Municipal a debater esta temática. -----

Atento ao debate, ficou com muitas dúvidas, pese embora seja médico. -----

Referiu que as ULS são formas de integração vertical de cuidados, tentar aproximar os cuidados de saúde primários aos cuidados de saúde hospitalares. Em 1999 implementou-se a primeira ULS em Matozinhos, em regime excecional e, só em 2007 é que se voltou a falar em ULS, criando-se mais 7 ULS até 2013. Exceto Matozinhos, todas são no interior e, essencialmente, no Alto Minho. Era suposto haver trabalho de acompanhamento, verificando os pontos fortes, os pontos fracos, as potencialidades, não se conhecendo nada até hoje. Conhece-se apenas trabalhos de entidades públicas, independentes, sendo que os vários trabalhos mostram que as ULS comparativamente às estruturas não integradas, o que existe atualmente em Ourém, tem um aumento do número de reclamações, traduzindo um maior grau de insatisfação dos utentes. Mais, aumento tempo de espera para primeira consulta hospitalar, aumento tempo de internamento e aumento dos custos de medicamentos e produtos farmacêuticos. A ULS o que é preconizado, não concretiza. Há alternativas os Sistemas Locais de Saúde, formas de integração de cuidados, aproximando os cuidados primários dos cuidados secundários, mantendo a sua autonomia e a sua identidade própria, garantindo a participação dos serviços de proteção civil, de educação, das autarquias e da proteção social. -----

Relativamente à questão da ULS ser uma EPE, o Centro Hospitalar de Leiria é uma EPE e tem problemas em contratar profissionais de saúde -----

Questão falta médicos. Atualmente assiste-se a mais de 1 milhão e 500 mil utentes sem médico de família, tendo tendência a aumentar. Para colmatar esta situação seriam necessárias 920 para médicos de família no país e o Governo abriu 196 vagas, subentendendo-se um objetivo, o empurrar os médicos de família para vagas que não tem interesse, em vez de abrir vagas para todas as necessidades do país. -----

Conforme disse, a questão das ULS é irrevogável, uma decisão política e as autarquias não têm grande poder de decisão, sendo que para tentar minimizar a questão, as autarquias poderão apostar nos apoios em termos de alojamento, benefícios pecuniários para a fixação de profissionais. -----



Mais disse, o número atual de utentes sem médico de família em Ourém é 14 mil 724, dados de janeiro. Estando ao serviço 20 médicos de família, serão precisos mais 9 médicos. -----
 Quanto à sobrecarga dos profissionais nos cuidados primários, há um médico de família para um horário de 40H semanais, mas trabalham muito mais, o que desvaloriza muito mais o seu ganho/hora, recebendo 10euros/hora, em termos líquidos, no caso de um médico sem especialista a ganhar 1600 euros mensais. Numa hora, um médico de família vê entre 2 e quatro utentes. 10 euros a dividir por 3, dá 3 euros por utente. O abaixo assinado a decorrer pode ter importância para vincar melhores grelhas salariais, perspectiva de carreira e melhores condições. -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu a participação e o respetivo contributo que deu, muito positivo para o decorrer destes trabalhos. -

----- Solicitando a palavra o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Na Comissão Planeamento Estratégico alertei para o facto de estar marcada uma manifestação para este dia, para esta hora. Eventualmente, teríamos de encontrar um sítio alternativo. -----

Foi indicado, nessa reunião, que a sala de baixo estaria disponível com um ecrã para as pessoas poderem assistir. Isso não aconteceu, as pessoas ficaram lá fora, ao frio, desinteressando-se. Não foi essa a decisão que ficou em ata. Ficou que a sala iria estar aberta e seriam disponibilizados meios audiovisuais às pessoas e quem quisesse participar, vinha à sala de cima. O que aconteceu, as pessoas ficaram na rua, ao frio, a verem o ecrã gigante, e não foi isso que ficou acordado na Comissão de Líderes.” -----

----- Solicitando a palavra o PRESIDENTE JUNTA UNIÃO FREGUESIAS FREIXIANDA, RIBEIRA FÁRRIO E FORMIGAIS expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara Municipal -----

Gostaria de dar um pequeno esclarecimento. Fui hoje aqui acusado de chamar fraudulento ao abaixo assinado que andam a fazer. Pura mentira. Nunca disse nada disso em lado nenhum.



O que disse, na quarta feira de manhã, comecei a receber telefonemas a perguntar porque razão o Centro de Saúde de Freixianda ia fechar. Eu sem saber de nada. Perguntei o motivo da pergunta, ao que responderam que andavam pessoa na União de Freguesias de Freixianda a pedir assinaturas para o Centro de Saúde de Freixianda não encerrar. Fui saber a verdade e disseram-me que várias pessoas tinham assinado para o Centro de Saúde de Freixianda não encerrar. -----

Emiti um comunicado que passo a ler: *“Após esta Junta ter tido conhecimento de que circulam documentos fraudulentos a pedir assinaturas para que a Extensão de Saúde da Freixianda não encerre, vem por este meio emitir o seguinte comunicado: -----*

A EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREIXIANDA NÃO VAI ENCERRAR -----

Nunca se equacionou esta hipótese. -----

NÃO ASSINEM qualquer tipo de documento que tenha como intuito este assunto, pois desconhecem-se as verdadeiras intenções para o uso destas assinaturas. -----

A Junta será sempre a entidade credível para defender o bem-estar dos utentes. Qualquer tipo de mensagens ou atos que circulem sem a sua aprovação serão sempre considerados enganosos e geradores de instabilidade.” -----

Este comunicado só saiu para limpar a imagem da Junta -----

Muito obrigado” -----

----- Neste momento, o plenário entendeu interromper os trabalhos por um período de dez minutos. -----

02.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----



Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Comunicação Social, -----

Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online. -----

Estimados oureenses, -----

Dou início a esta minha intervenção, recuando aos últimos dias do ano que passou, porque assim o exige a magia do Natal, que tomou conta do nosso Concelho durante cerca de um mês. -----

Mais uma vez, o Município de Ourém promoveu a celebração da quadra, reforçando a programação alusiva. As cidades de Ourém e Fátima concentraram a maioria das iniciativas, reunindo as famílias, deste e de outros concelhos. -----

Ao apostarmos numa programação de Natal culturalmente variada e atrativa, conseguimos chegar a um número muito maior de pessoas. Ganhou o comércio local, ganharam as pessoas, ganhou o Concelho. -----

Foi também um Natal consciente das responsabilidades a assumir, num contexto de Guerra na Europa, razão pela qual a iluminação de rua foi mais contida, em relação a anos anteriores, não deixando de existir, para bem do nosso comércio local, que assim ganhou outro elã.

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Transporto a minha comunicação para outro período do ano igualmente simbólico e importante para o nosso Concelho: o Carnaval. -----

Recuperando a tradição que tínhamos retomado em 2020, o Município de Ourém voltou a promover um grande desfile de Carnaval na Cidade de Ourém. Milhares de pessoas voltaram a vibrar com um grande curso carnavalesco, em mais uma iniciativa de sucesso dinamizada pela autarquia, em parceria com a comunidade educativa e o movimento associativo. -----

No Domingo Gordo de Carnaval, a Avenida D. Nuno Álvares Pereira ganhou ainda mais cor, dançando ao ritmo das 10 entidades envolvidas, com os seus oito carros alegóricos e 840 figurantes. É também de elementar justiça que aqui reconheça e enalteça o papel de todas as



entidades envolvidas nos vários desfiles que aconteceram na sexta-feira anterior, nomeadamente em Ourém, Fátima, Caxarias, Olival e Freixianda. Isto sem esquecer o Carnaval Sénior de Ourém, realizado na passada segunda feira, com a participação de 12 instituições do Concelho e um total de 400 participantes. -----

Pela participação ativa e por todo o entusiasmo na organização, a todas as instituições, associações, entidades e demais participantes envolvidos, o meu muito obrigado, em nome do Município de Ourém. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Praticamente dois anos depois de termos colocado em prática um pacote de medidas de apoio à retoma da atividade económica e turística no nosso Concelho, estamos em condições de apresentar um balanço, que é bem a prova do sucesso desta campanha. -----

“No Centro das Emoções” traduziu-se numa operação capaz de colocar Ourém no mapa de Portugal, reforçando o nosso território como um ponto de referência ao nível do turismo. No âmbito desta iniciativa, lançámos a campanha 10 001 Noites, mais tarde reforçada com mais 4 001 Noites em unidades hoteleiras do nosso Concelho. -----

Recordo que estava em causa a oferta de uma noite extra e também de vouchers de 10 euros, para descontar nos estabelecimentos de restauração aderentes. -----

Esta campanha refletiu também uma resposta rápida e cabal do Município de Ourém, que assim lançou uma iniciativa pioneira em todo o país, bastante elogiada pelo sector e capaz de contribuir para a retomar de dois dos sectores mais atingidos pelo flagelo da pandemia: a hotelaria e a restauração. Iguamente a propósito de medidas de apoio à economia local, no âmbito do combate aos prejuízos causados por dois anos de pandemia, importa reforçar o contributo que o Município de Ourém também conseguiu dar às dezenas de novas empresas que se instalaram no nosso Concelho, durante este período. -----

Através da campanha de apoio à instalação de novas empresas no nosso território, o Município apoiou 74 entidades comerciais, investindo cerca de 174 mil euros nesta iniciativa. -----

São números expressivos, que nos ajudam a compreender, que também esta medida foi relevante para apoiar empresários e empreendedores, sendo esta mais uma forma de



contribuir para a criação de emprego e geração de riqueza, tão necessários para fortalecer a nossa economia. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Permitam-me que vinque a seriedade do assunto para o qual direciono agora esta minha intervenção. O “estado da saúde” no Concelho de Ourém. “Estado” é, de facto, uma palavra-chave em torno deste tema. -----

Abordo a questão desta maneira porque é ao Estado a quem compete encontrar uma solução digna e eficaz para este sério problema no nosso concelho. Tenho vindo a sublinhar ao longo dos últimos meses, e vou repetir quantas vezes forem precisas: não é da competência de uma Câmara Municipal, a contratação e colocação de profissionais de saúde, nomeadamente médicos, enfermeiros e demais técnicos. -----

Eu, enquanto Presidente de Câmara e o restante Executivo Municipal, legítimos representantes eleitos pelo povo de Ourém, estamos na linha da frente, fortemente empenhados e mobilizados, em reivindicar melhores acessos a cuidados de saúde para o nosso Concelho e defender as melhores soluções para a nossa população. -----

Como não temos competências para contratar os recursos humanos em falta, resta ao Município de Ourém trabalhar na criação das melhores condições de trabalho possíveis, para que nada falte aos profissionais que operam no nosso território. -----

No que está ao nosso alcance, já começámos a trabalhar há muito tempo. Neste momento, Alburitel, Olival, Rio de Couros, Sobral e Vilar dos prazeres já têm Unidades de Cuidados de Saúde completamente modernizadas e requalificadas... porque estava ao nosso alcance! -----

Além disso, já está em construção uma Unidade de Saúde de Caxarias e está em fase de projeto a ampliação e requalificação dos Centros de Saúde de Fátima e Ourém... porque isso também está ao nosso alcance! -----

A par deste esforço financeiro na construção de novos centros de saúde ou na requalificação de espaços existentes, também temos vindo a preparar um conjunto de medidas de apoio à fixação de profissionais da saúde no nosso Concelho, e que brevemente estaremos em condições de apresentar a Vossas Exas, para análise e eventual aprovação. A par deste



espírito de iniciativa, nunca deixámos nem deixaremos de reivindicar junto do Governo Central, no sentido de serem criadas condições para a resolução definitiva destes problemas. -----

Já o disse, mas nunca é de mais repetir: o Município de Ourém é solidário com todas as manifestações que tenham por base a melhoria das condições de acesso aos cuidados de saúde no Concelho de Ourém. -----

Esta é uma luta de todos nós, cabendo à autarquia continuar a desempenhar o seu papel, esgotando todas as ações que tiver ao seu alcance, no sentido de contribuir para a resolução definitiva de um problema que afeta milhares de ourenses e respetivas famílias. Minhas

Senhoras e meus Senhores, -----

Não obstante dos desafios que enfrentamos na área da saúde, estamos empenhados em garantir um ambiente favorável ao desenvolvimento, à inclusão e à qualidade de vida dos Ourenses nas diversas áreas, conscientes de que é no presente que construímos as bases para um futuro promissor. -----

As famílias e o bem-estar social continuam a ser uma das prioridades deste executivo municipal e seguimos com determinação na promoção de ações que visam melhorar a qualidade de vida dos munícipes e qualificar os profissionais das instituições do concelho. -----

São exemplo desse nosso compromisso, a promoção do Fórum Social e dos Ciclos da Rede, espaços dedicados à formação, à discussão e à reflexão de temas relevantes para a nossa comunidade, que reúnem profissionais e cidadãos interessados em debater soluções para as demandas sociais mais prementes. Continuamos a trabalhar no sentido de valorizar o diálogo e a participação social como forma de construir um município mais justo e solidário, garantindo o bem-estar e a dignidade de todos os Ourenses, com especial atenção aos mais vulneráveis.

E pensando nos mais vulneráveis, tem havido uma atuação cada vez mais vigilante, com amplitude plasmada no relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, com 136 intervenções em 2022, mais 50 do que no mesmo período de 2021. -----

E porque as crianças são o futuro, dos mais variados programas que temos tido com os agrupamentos escolares, realço um projeto educativo para a promoção de exercício físico e alimentação saudável, que vai este ano para a sua 2.^a edição. Esta ação, em 2022, revelou-se



muito eficaz no seu propósito de reforçar a aprendizagem nas áreas de nutrição e desporto nas escolas do 1.º ciclo do nosso concelho. -----

Na vertente cultural, informo V.ª Ex.ªs que já apresentámos a programação anual para 2023, do Teatro Municipal de Ourém, pensada de forma a privilegiar a qualidade da oferta de atividades acessíveis, que promovam o envolvimento de todos. Convido a que todos se possam associar ativamente nos diversos eventos, apelando igualmente à sua divulgação. -----

Acreditamos que o acesso à cultura é essencial para o desenvolvimento integral de cada município e por isso, promovemos espetáculos diversos, que contemplam diferentes linguagens e géneros artísticos. Queremos que as famílias desfrutem de momentos de lazer e de aprendizagem, fortalecendo vínculos e enriquecendo a cultura em Ourém, com projeção além-fronteiras. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Não poderia deixar passar este momento sem efetuar uma pequena preleção sobre a data simbólica que, infelizmente, assinalámos na passada sexta-feira, dia 24. Esta representa um ano da fatídica guerra à “nossa porta”, e que se traduz num vil ataque à democracia e aos seus valores, que todos defendemos. -----

Da nossa parte, temos procurado responder a todos os apelos e necessidades dos que nos procuram, sendo proativos no apoio. Criamos o projeto que denominamos “Projeto SOS Ucrânia – Comunidade em Proximidade com o Povo Ucrâniano”, e acolhemos a primeira família no início de março de 2022. Até ao momento já apoiamos, de forma efetiva 114 agregados familiares, num total de 292 pessoas, 144 das quais mulheres, 24 homens e 124 menores. -----

Este apoio é multifacetado e transversal, passando, entre outros por campanhas de recolha de bens, escola para as crianças e jovens, aprendizagem da língua portuguesa, integração profissional, atribuição de refeições diárias, apoio no alojamento e habitação. -----

Em meu nome e de todo o executivo quero deixar aqui uma mensagem de amizade e de solidariedade para com todo o povo Ucrâniano, especialmente para os que de forma mais direta sofrem com esta atrocidade, esperando que a paz possa voltar a ser uma realidade a curto prazo. -----



Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Permitam-se que conclua esta minha intervenção, sublinhando que o município tem em curso um vasto leque de obras em todas as Freguesias e Uniões de Freguesia, sem exceção, procurando sempre a sua articulação com os Srs. e Sras. Presidentes de Junta, indo assim ao encontro das necessidades da população. -----

É nestes moldes que pretendemos continuar a governar os destinos do nosso Concelho, tornando-o num território em permanente desenvolvimento e crescimento. Saibamos nós gerir cada processo com bom senso e discernimento, para melhor servirmos todos os ourenses, sem precisarmos de entrar em demagogias, manipulações da opinião pública ou populismos completamente descabidos. Muito obrigado!” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Fiscalização e Contencioso	DFC
Anexo I.i)	Lista de Processos Impugnados e Executados e processos Judiciais	DFC
Anexo J	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo K	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo L	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo M	Serviço de Planeamento do Território	SPT



Anexo N	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo O	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo P	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo Q	Gabinete de Comunicação e Imagem	GIC
Anexo R	Serviço Municipal de Proteção Civil	SMPC

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

1. PRIMEIRO ASSUNTO: -----

Só para complementar o que disse há pouco sobre as tais manipulações e por aquilo que agora o senhor Presidente acabou por citar no documento que leu, permitam-me que traga à memória uma ata de 2014 da Câmara Municipal e que diz o seguinte, passo a citar: “*Tendo recebido os documentos previsionais para 2015 – Orçamento e GOPS – os Vereadores da Coligação Ourém Sempre foram surpreendidos pelo tom jocoso da mensagem inicial do Sr. Presidente do Órgão Executivo, Paulo Fonseca, que roça a política grosseira, de baixo nível. Embora já por diversas vezes se tenha dirigido em tom sarcástico e agressivo a todos aqueles que o contrariam politicamente, é inconcebível que num documento oficial desta importância, que deveria defender a visão estratégica do executivo para o Concelho de Ourém, o Presidente da Câmara demonstre um evidente desprezo pelas regras democráticas, dissertando comentários, no mínimo deselegantes, sobre a actuação política da oposição*”. -----

Senhor Presidente, faço minhas as suas palavras. -----

2. PINHAL DO REI: -----

O Pinhal do Rei, propriedade da Casa de Bragança, situado na encosta do castelo com 124,60 hectares, constitui uma mancha verde que circunda o castelo e muito contribuiu para o enriquecimento paisagístico do mesmo. -----

Sabemos estar em fase de licenciamento uma central fotovoltaica para o local com uma área de 9,2 hectares, que suscita algumas dúvidas, tendo em conta o espaço histórico em causa. ---



Mas ainda mais preocupante é o facto de, no ano passado, este pinhal ter sido cortado, por corte raso em 64 hectares e estar programado o corte do restante! -----

Isto reverte-se numa perda enorme para Ourém! -----

Por isso, o MOVE propõe ao executivo que entre em contacto com a Casa de Bragança no sentido de estabelecer um protocolo que permita a manutenção do espaço florestal ainda existente, e que se possa ali criar um parque verde para desporto e lazer! -----

3. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A OFICINA DE REPARAÇÃO AUTOMÓVEL: ---

O MOVE vem questionar o Sr. Presidente sobre o licenciamento nº 137 de 2022, para a construção de um edifício destinado a oficina de reparação de automóveis, sito em Lagarinho, Ourém, com uma área coberta de 392,68m² e uma área de construção de 499,09m²! -----

Ora, acontece que esta oficina de reparação automóvel enquadra-se numa actividade extremamente poluente (falamos de óleos novos e usados, produtos petrolíferos, líquidos de baterias, pinturas, solventes, pneus, sucata e outros elementos poluidores,) a qual ficará em cima de aluviões e em zona de recarga de aquíferos. -----

Muito embora os Planos de Ordenamento, PDM e PUO, tenham reduzido a área da REN e RAN a favor de uma zona de construção, mais precisamente zona UT2 – Ourém e Espaços habitacionais do Tipo III — Habitação unifamiliar de génese rural, fica a dúvida se tal oficina se enquadra, designadamente, nos artigos 15º e 54º do PUO ou outro referente a este local. -----

Mais referimos que o domínio público hídrico está a ser violado! -----

Para tal, basta verificar que, no mínimo, no terreno – que se encontra localizado em zona de Espaços habitacionais do Tipo III – foram removidas as terras boas até à berma da Ribeira (sem respeito pelas distâncias de protecção), sendo estas substituídas por camada de pedra, cascalho e Tout-venant. -----

Tendo em consideração o tipo de actividade que uma oficina pressupõe, e também o risco elevado de contaminação dos solos e as movimentações de terras até a Ribeira, fica-nos a dúvida sobre os fundamentos e as razões deste licenciamento.” -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara -----



Já há decisão do Tribunal Central Administrativo referente à contratação dos serviços de limpeza urbana, em que foi apresentado, à época, oposição pela empresa SUMA. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Tenho aqui algumas questões relativamente simples -----

- Durante o mês de janeiro, foi apresentada na SIC uma reportagem sobre o canil de Proença a Nova sobre uma venda ilegal de animais, exportação de animais. -----

Já votamos nesta assembleia um protocolo com o canil de Proença a Nova. Não sei se tem conhecimento da situação. A reportagem foi preocupante. Um negócio de milhões na venda de animais. Sabe alguma coisa desta situação? -----

- Questão dos pelouros. Tem chegado reclamações sobre de utentes particulares, profissionais da área, que os processos nas obras particulares estão muito mais atrasados do que anteriormente. Este pelouro era do vereador Natálio e, com a saída dele, passou para si. Continua consigo, mesmo depois da nomeação do novo vereador. Talvez excesso de trabalho, era nossa sugestão que tentasse resolver essa questão porque tem havido algumas de que anteriormente era muito mais célere. -----

- Outra questão tem a ver com o corte de água aqui em Ourém. Houve umas semanas em que a situação foi quase surreal, foram mais os dias sem água do que com água. -----

- Na sua intervenção fala na CPCJ e que teve mais de 50 intervenções. Percebo que vê isso do lado positivo. Do meu ponto de vista é absolutamente preocupante e um sinal de que as coisas estão a ficar complicadas. -----

- As piscinas do CEF abriram para as crianças em dezembro, sendo uma alegria para as crianças. Contudo, em fevereiro, dizem que fecham as piscinas sem darem justificações. -----

Pergunto, para quando está previsto a reabertura para alegria das nossas crianças.” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Boa noite a todos -----

Cumprimentava o senhor Presidente e a todos -----



Tive conhecimento, através da comunicação social, que tinha sido aprovado, por unanimidade, na Câmara de Ourém, a possibilidade de se propor a construção de um sistema de mobilidade ferroviário que ligasse Leiria a Fátima. -----

Gostaria, se possível, que o senhor Presidente desse alguma informação. -----

Agradeço, desde já, a atenção da Câmara Municipal pois é um assunto de grande importância para a cidade, trazendo mais pessoas à cidade. -----

Obrigado” -----

= **OTÍLIA CRISTELA ANTUNES MARTO** expôs o seguinte: “Boa noite a todos -----

Tenho uma questão e um comentário a fazer -----

O senhor Presidente já falou aqui da campanha das 10001 noites que já terminou. Gostaria de ter mais alguma informação acerca do balanço final desta campanha. -----

Da parte de Fátima, queremos agradecer esta campanha que foi uma ajuda para nós. -----

Gostaria de fazer um comentário acerca da Saúde. O USF Fátima é um bom exemplo. Está a trabalhar bem. com certeza, há muita coisa a melhorar, mas deveriam ver este exemplo. -----

Gostaria de agradecer à Junta de Freguesia de Fátima e à Câmara Municipal que têm ajudado os médicos, enfermeiros e assistentes administrativos a levarem aquela Unidade de Saúde Familiar para a frente. -----

Muito obrigada” -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS** expôs o seguinte: “Boa noite -----

Senhor Presidente, perguntava-lhe, há pouco o Dr. Licínio falava de um membro do concelho de administração da ULS que seria nomeado/escolhido pela Comunidade Intermunicipal de Leiria. Dado que o concelho de Ourém não faz parte da Comunidade Intermunicipal de Leiria, ficaríamos um pouco sem representação nessas tomadas de decisão. Pergunto se já pensou nisso e o que há a fazer acerca disso. -----

Obrigado” -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, na qualidade Presidente União Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente -----



Gostaria de fazer duas perguntas, uma relativa ao BUPI, qual o tipo de adesão que os proprietários estão a fazer a este tipo de balcão, no sentido de registarem as suas propriedades, para que o Cadastro seja uma realidade. -----

Uma segunda questão tem a ver com o flagelo dos incêndios do verão passado. saber o que está previsto em termos de trabalhos nas áreas ardidas, nomeadamente, na limpeza das linhas de água, nos caminhos florestais e também na parte da consolidação dos taludes. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“- Deputado João Pereira. Dizer-lhe que o que dissemos no orçamento de 2014, deve-se a estar alguma coisa na nota introdutória que pouco tinha a ver com o orçamento. que me tivesse apercebido na minha comunicação de hoje, não me parece que esteja alguma coisa desse género. Não refiro ninguém. Refiro apenas que os assuntos devem ser tratados sem populismo, com educação, com elevação. Podem não ser estes termos, mas é isto. Não percebo muito bem qual a ligação entre uma coisa e a outra, mas posso ter visto mal, admito.

- Pinhal do Rei. Central fotovoltaica que está a ser licenciada. Este processo já foi questionado pela Quercus e pedi aos serviços qual o ponto de situação do mesmo. Posso lhe dizer que tem parecer favorável das entidades externas consultadas APA e CCDR. São essas entidades que podem emitir ou podem impedir que a Central ali fosse feita. O Município, desde que o solo permita este tipo de atividades e tendo as entidades que referi emitido parecer favorável, se as condições de licenciamento estiverem cumpridas, não temos muito em como impedir. Dizer que há 2 entidades que foram ouvidas e ambas emitiram o seu parecer favorável para a implantação da Central naquele local. Não está ainda licenciado, está em análise, mas há este pormenor que deve ser referenciado -----

- Estrada Lagarinho. Projeto que está previsto. Diz e bem que o número do licenciamento é 137 de 2022. Não quer dizer que tenha sido aprovado nesta data. É quando foi emitida a licença. Significa que quando o projeto foi aprovado, não havia nem PU e, sem ter certeza do que vou dizer, talvez tenha sido aprovado no PDM anterior, o que, quem o aprovou, com certeza viu que estavam reunidas as condições para que isso pudesse ser feito. -----



Recordo que num projeto qualquer deste tipo de comércio, existem projetos de especialidades que são apresentados. O ambiente, com certeza, que se pronunciou. A APA e a CCDR, certamente, também se pronunciaram. As situações que aqui elencou, e bem, devem estar acauteladas na construção, de forma a que existam locais para onde essas matérias poluentes possam ser encaminhadas, de forma a não contaminar os aquíferos ali existentes. É uma zona sensível, mas acredito que tudo isso foi devidamente acautelado. -----

Aproveito para dizer que a fiscalização já esteve no local e já exarou uma informação dizendo que aquilo que está a ser feito, está de acordo com o projeto aprovado. -----

Dizer ainda que, como sabe temos um projeto há muito elaborado, que já esteve a concurso e ficou deserto, na altura, para requalificar toda aquela zona, prolongando o projeto da avenida D. Nuno Álvares Pereira até ao viaduto do IC9 e que nos preocupa o afastamento que o limite dessa intervenção possa ter com este novo projeto. Deveria ter havido uma coordenação entre os serviços. Estamos em cima disso para que não haja problemas quando quisermos avançar com esse projeto não haja qualquer entrave para que possa ser executado. -----

- Limpeza urbana. Isto já foi abordado aqui. Adjudicamos o processo de limpeza urbana a uma empresa que apresentou o preço mais baixo e que mereceu contestação e impugnação de um dos concorrentes que ficou em terceiro lugar. A empresa que ficou em terceiro lugar intentou uma ação contra o Município e também contra a empresa que tinha ficado em segundo lugar. O Tribunal pronunciou-se e o Município defendeu-se. Numa primeira instância, o Tribunal deu razão parcial à contestação porque excluía o primeiro e adjudicava ao segundo. Recorremos para a instância seguinte e esta deu razão, por unanimidade, ao Município. Hoje, já sem qualquer hipótese de recurso porque o prazo já foi ultrapassado, o processo está resolvido. Um processo difícil, complicado e muito específico, tendo sido necessário contratar uma empresa especializada que nos ajudou para que pudéssemos ter sucesso neste processo. Um processo difícil, mas que decorreu para o Município que adjudicou à empresa que ficou em primeiro lugar, com o preço mais baixo e que já está a fazer o serviço através de ajuste direto, que tivemos de fazer para que o serviço não ficasse deserto. -----

- Canil Proença a Nova. Também vi a reportagem. O representante do Município que tem ido às reuniões da empresa é o senhor vereador Rui Vital. Sei que existiu ou existe uma intenção



da administração da empresa que ali está criada, de intentar uma ação judicial contra a pessoa que fez aquela reportagem. O que sei, não corresponde à verdade, aquilo que foi dito. Embora o Município de Ourém seja, digamos, sócio/associado/membro da empresa que foi criada, nos últimos dois anos, nenhum animal foi transferido para Proença a Nova. Felizmente, temos tido algum sucesso nas campanhas de adoção que temos feito. Não temos transferido animais para o canil intermunicipal de Proença a Nova. -----

- Obras particulares que possam estar mais atrasadas. Admito que possa haver algum atraso, mas também há razão para isso. Muito recentemente aprovamos um PU, revimos o PUF e temos um PDM ainda relativamente há pouco tempo. Obviamente, tem existido alguma dificuldade na adaptação dos técnicos a estas novas realidades. Isso, tem também contribuído para que os processos entrem e saiam com alguma facilidade pedir novos elementos. É isso que hoje atrasa um processo. Um processo que entre e venha bem instruído, de acordo com os instrumentos eficazes que estão em vigor, no máximo, em três meses, estamos a aprovar o projeto. É preciso que venham bem instruídos e, infelizmente, isso não tem acontecido, por vezes. Estamos a tentar melhorar. -----

Relativamente ao excesso de trabalho, ontem domingo, na minha área de trabalho no âmbito dos projetos particulares, tinha 0% de processos para despachar. Não depende de mim, os processos quando chegam à minha mão demoram no máximo 3 dias a serem despachados. ---

- Falta de água em Ourém. Uma preocupação grande que estamos a tentar resolver junto da Bewater. Irá à próxima reunião camarária uma alteração ao plano de investimentos que já aprovamos para este ano. Todos os anos aprovamos o plano de investimentos que a Bewater se propõe executar no concelho, no ano seguinte. Virá uma alteração a este plano que pensamos irá resolver este problema de vez, na cidade de Ourém. -----

A obra que vamos começar, entre as rotundas, que irá à próxima reunião de Câmara a sua adjudicação também irá ajudar a resolver este problema porque, além desta obra entre rotundas, vamos ter de ligar essa conduta ao reservatório da Lourinha , pelo que toda a zona que passa em frente à caixa geral de Depósitos , direção Montepio, passa pela rua Justiniano Luz Preto e Vai até à Lourinha, vai ser aberta para que consigamos, de vez, esse problema que



tem afetado a todos os que habitam em Ourém e que nos preocupa. Penso que nos próximos meses ficará resolvido. -----

- CPCJ. É preocupante. Talvez a minha declaração induza em erro ao dizer que estou satisfeito, não, estou preocupado e deve preocupar a todos, os casos que temos tido. Casos preocupantes, muito graves que, infelizmente, vão acontecendo. Temos vindo a reforçar a nossa equipa de ação social. Com a assunção de novas competências contratamos quatro novos técnicos para esta área. Abrimos, agora, mais um concurso para psicólogo para reforçar mais a parte social. Dizer também que existe um projeto que está a decorrer e que vai ter descontinuidade, a partir de junho. Um projeto importante que é “Ombro Amigo” e que vamos assumir a partir de julho. Parece-nos muito importante que isso aconteça. -----

- Piscinas do CEF. As piscinas não encerraram, o que encerrou foi um serviço que estava a ser prestado, de aulas para crianças, aulas para bebés que estava a ser prestado e que foi interrompido porque as coisas não estavam a decorrer bem, em Fátima e em Caxarias. Já estavam a chegar algumas reclamações do serviço que estava a ser prestado, nomeadamente, com a alteração constante de monitores. Entendemos interromper durante o mês de fevereiro essas aulas e, em março, penso que teremos condições para retomar essas aulas. -----

- Metro de superfície. Este foi o nosso contributo no âmbito da consulta pública da ferrovia. O governo colocou em consulta pública esse processo, até amanhã. Entendemos que, tendo em conta que nesse projeto está previsto que o futuro TGV possa ter uma estação em Leiria, com duas paragens por dia, pareceu-nos que fazia sentido porque Fátima tem um défice nessa área, de acessibilidades a nível ferroviário e que pudéssemos ter uma ligação entre a futura estação do TGV Leiria e Fátima, através de Metro de superfície. Metro de superfície porque a ferrovia tradicional tem algumas condicionantes, nomeadamente, em termos de orografia. Fátima é uma zona alta, Leiria não tão alta, havendo um desnível grande que a nível de ferrovia, não seria possível ultrapassar. Por isso avançamos para esta proposta. No próximo dia 7 de março terei reunião com o senhor Ministro da Economia onde irei apresentar esta proposta e fazer ver a quem decide que era importante que a mesma fosse considerada neste plano nacional ferroviário. Parece-me que poderá ser muito importante para Fátima e para toda a nossa região. -----



- 10001 noites, balanço final. O balanço está, mais ou menos, feito na declaração que apresentei. Apenas reforçar que representou um investimento de cerca 790 mil euros, o que o Município investiu durante estes dois anos, numa iniciativa que nos pareceu importante, numa altura muito difícil que a hotelaria e a restauração passaram, especialmente em Fátima, sabemos que vivia e vive muito com esta realidade, pelo que entendemos levá-la a cabo. Foi um sucesso. Tivemos uma adesão extraordinária. Tivemos muitos emails de pessoas que usufruíram da campanha a agradecer a mesma. Estamos todos de parabéns e muito satisfeitos com o sucesso desta campanha. -----
- USF Fátima. penso que é um assunto que já foi suficientemente escalpelizado. Foi explicado porque está a funcionar bem e é isso que ansiamos também para a sede do concelho e também, de futuro, já lançamos esse repto, embora não sejamos nós responsáveis por isso, possa existir também uma USF mais a norte do concelho, porque parece-nos que é este o caminho que devemos seguir, para melhorar o acesso aos cuidados primários de saúde no nosso concelho. -----
- Escolha de uma pessoa para conselho de administração da ULS da CIM. A pessoa será nomeada pelos concelhos que farão parte da ULS. Recordo que esta proposta, além de Ourém que não pertence à CIM Leiria, inclui mais dois concelhos que estão fora da CIM Leiria, nomeadamente, Alcobaça e Nazaré. Estes concelhos também terão uma palavra a dizer na escolha da pessoa que irá representar esses municípios no conselho de administração, se a ULS for uma realidade, como neste momento se perspetiva. Alguém disse que houve concelhos da CIM Leiria que não quiseram aderir a esta ULS. São cinco concelhos do norte do distrito de Leiria que, hoje, têm como hospital de referência, o Hospital da Universidade de Coimbra, não fazendo parte do Centro Hospitalar de Leiria. -----
- BUPI. Faço mais uma vez um apelo a todos os senhores presidentes de junta de freguesia da importância que existe em conseguirmos ter sucesso neste processo. No momento, temos cerca de 10 mil propriedades já identificadas. São cerca de 70 mil. Temos cerca de 15% de propriedades já identificadas. Há um longo caminho a percorrer. Nos últimos meses tem havido um incremento de registos, as pessoas estão mais informadas sobre o que devem fazer, mas continua a existir ainda um grande défice de informação. Peço às juntas de freguesia que



possam dar exemplos e possam também registar os vossos terrenos no BUIPI. Há junta que ainda não o fizeram. É fundamental e muito importante que possa acontecer que tenhamos sucesso neste processo, tão importante para o concelho, falado há anos. Pode não ser o ideal, mas parece-se ser um bom instrumento que podemos e devemos aproveitar para que, no futuro, possamos ter um cadastro organizado no nosso concelho. -----

- Recuperação das áreas ardidas. Conseguiram-se celebrar 4 protocolos com o governo, um deles tem a ver com o IRU para recuperação da casa ardida, primeira habitação na Freixianda, sendo que o projeto já se encontra na Câmara a ser apreciado. Temos o protocolo que permitirá financiar essa recuperação e permite também financiar o arrendamento onde as pessoas, neste momento, se encontram para fazer face à falta de habitação. Este é o protocolo que temos em vigor com IRU. -----

Temos um outro protocolo com a CCDR que permitirá recuperar os caminhos municipais afetados por estes incêndios. Um apoio cerca de 560 mil euros numa empreitada que iremos lançar e que poderíamos fazer através de ajuste direto, a lei permite, mas vamos fazê-lo através de concurso público para que haja transparência total no processo. É um processo com financiamento de cerca 560 mil euros numa empreitada de mais de 1 milhão e meio de euros, ou seja, o Município irá suportar cerca de 1 milhão de euros. Uma empreitada que irá decorrer União Freguesias Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais; União Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos; Freguesia Urqueira; União Freguesias Matas e Cercal e Freguesia Espite. São essencialmente estas 5 freguesias. -----

Um outro protocolo com o ICNF. 1 milhão e trezentos mil euros para recuperação de caminhos florestais/vicinais e também para limpeza de alguma área que ainda não esteja limpa. Um protocolo já assinado. -----

Quarto protocolo, com a APA, cerca de 700 mil euros para recuperação de taludes, linhas de água que foram afetadas pelo flagelo que atingiu o nosso concelho. -----

São estes os 4 protocolos possível de celebrar com o Estado central, onde o Município terá também uma quota importante de investimento, mas que parece ajustado, tendo em conta o rasto de destruição que o fogo deixou em toda aquela zona do nosso concelho. -----

Muito obrigado” -----



----- Neste momento, ausentou-se da sessão o membro da Assembleia Municipal, senhor VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA. -----

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (ANO ECONÓMICO DE 2022) E 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL (ANO ECONÓMICO 2023) -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13492**, datado de **2023.02.12**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do assunto designado em epígrafe, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** prestou a informação registada sob o n.º 10.224/2023, que na presente reunião foi apreciada e que se passa a reproduzir na íntegra: --

“1. Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental – Ano económico de 2022 ----

---- O Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (Anexo - A), findo em 31 de dezembro de 2022, denota o apuramento de um saldo de gerência, referente à execução orçamental, em 12.178.780,08 euros. -----

---- Neste âmbito, reporta a LOE/2023, no seu artigo 81.º, que é permitida, com a aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental, a incorporação deste saldo da gerência da execução orçamental, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas. -----

---- Consequentemente, propõe-se a aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, e em virtude da existência de um saldo de execução orçamental positivo, com a sua aprovação, efetuar a sua incorporação no orçamento de 2023, com recurso à revisão orçamental que seguidamente se propõe. -----



2. 1.^a Revisão Orçamental ao ano económico de 2023 -----

---- Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo e nos termos do ponto 8.3.1, particularmente face ao disposto na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma, circunstância complementada com o previsto no artigo 81º da LOE/2023 /Lei 24-D/2022, de 30 de dezembro, propõe-se a aprovação da 1.^a proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2023, onde se observa:-----

- Orçamento da Receita -----
 - Reforço da classificação económica inerente ao saldo da gerência apurado em 12.178.780,08 euros; -----
 - Anulação do saldo da gerência previsto, porque então dotado em rubrica residual, no valor de 12.499.900 euros (face ao diferencial entre o saldo obtido e o previsto, deriva uma quebra no orçamento global em 312.119,92 euros); -----
 - Reforço da classificação económica residual aplicável aos apoios de financiamento externo advindos do Estado, em 1.260.600 euros, enquanto transferência corrente, resultante de contrato não previsto aquando da elaboração dos documentos previsionais, considerando que foi estabelecido em 1 de fevereiro de 2023 com o Instituto da Conservação da Natureza das Naturezas, receita consignada ao financiamento integral de despesas inerentes à estabilização de emergência de danos causados na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2022.-----
 - Anulação de da rubrica residual de ativos incorpóreos em 30,08 euros, com o único objetivo de dispor de um orçamento global da receita arredondado. -----
 - Face ao disposto nos números anteriores, verifica-se um aumento global do orçamento da receita, em 939.450 euros, face ao previsto inicialmente. -----
- Orçamento da Despesa-----
 - Observa os impactos vertidos nas Grandes Opções do Plano que se dispõem nos pontos seguintes, derivando num aumento do orçamento global da despesa, em 939.450 euros, face ao previsto inicialmente.,-----
- Orçamento das Grandes Opções do Plano -----



- Inclusão do projeto com financiamento consignado decorrente do Fundo Ambiental, em concreto, o projeto identificado como 07/001/2023/185 – Estabilização de emergência (Fundo Ambiental), com uma dotação orçamental de 1.260.600 euros (feito nulo com o reforço previsto no orçamento da receita);-----
- Anulação de 1.000.000 euros no projeto identificado como 09/001-2011/174-3 (Benef. EN 360 – Zona Limítrofe c/Alcanena – Obras de requalificação rodoviária de percursos pedonais e cicláveis), considerando que esta investimento já foi adjudicado por um valor substancialmente inferior à previsão inicial. Note-se que o valor inicialmente previsto estava em conformidade com o preço base estabelecido no âmbito do procedimento concursal promovido. -----
- Considerando que a anulação anterior acomodou o impacto decorrente do desvio negativo subjacente à previsão estabelecida com o saldo da gerência e o valor obtido, permitindo ainda um excedente em 678.850 euros, o mencionado montante permitiu o reforço dos seguintes projetos:-----
 - 03/001-2023-37-7 – Programa de ação social do Município – Apoio concedido às famílias, em 250.000 euros;-----
 - 09/001-2023/98 – Recuperação e Beneficiação de Estradas e Caminhos Municipais, em 428.850 euros. -----

---- Na 1.^a proposta de revisão orçamental ano económico de 2023, consta:-----

- 1.^a Revisão ao Orçamento da Receita – Ano económico de 2023 (Anexo – B);-----
- 1.^a Revisão ao Orçamento da Despesa – Ano económico de 2022 (Anexo – C);-----
- 1.^a Revisão às Grandes Opções do Plano 2023/2027 (Anexo – D);-----

---- **Aprovação**-----

---- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais.-----

---- Igualmente, compete à assembleia municipal a aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental, conforme prevê a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, considerando que o mapa mencionado integra os documentos de prestação



de contas do município, devendo esta ser uma ação precedente à aprovação da revisão orçamental. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “No que se refere a este ponto da Ordem de Trabalhos, cumpre-nos fazer, em primeiro lugar, um breve enquadramento desta questão, e dizer que o **saldo final da gerência anterior** é o valor que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso de um determinado exercício económico. -----

Este saldo encontra-se expresso no mapa de fluxos de caixa, documento que reflete a execução orçamental. -----

Pelo que, em termos patrimoniais, o montante do saldo da gerência anterior corresponde aos valores em caixa e em depósitos bancários espelhados no balanço, acrescido do saldo de operações de tesouraria. -----

Dito isto, se é verdade que o valor apurado de mais de 12 Milhões de Euros (mais concretamente **12.178.780,08 Euros**) poderá reflectir um excesso de receita quando comparado com o orçamento inicial, assim como um incremento da poupança ao nível da despesa corrente prevista em orçamento, se tudo isto é verdade, não deixa de ser menos verdade o facto de o saldo final da gerência anterior também poder reflectir os investimentos que, embora inicialmente previstos, não foram depois executados. -----

Ora, achamos que é precisamente nesta última variável que a questão se coloca com maior acuidade. Na realidade, parece-nos que a não realização de investimentos que estavam inicialmente previstos pressupõe uma certa incapacidade de a Câmara Municipal cumprir com aquilo que se propôs fazer. -----



Neste sentido, à semelhança do que fizemos aquando da discussão do Orçamento 2023 e das GOP'S, o nosso sentido de voto neste ponto da Ordem de Trabalhos não pode deixar de ser o da ABSTENÇÃO.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Esta é uma alteração orçamental a um orçamento que nós reprovámos. -----

Como somos coerentes com o que dizemos e com o que pedimos, existe aqui uma alteração que é a questão de ser aprovada uma verba de 250 mil euros para o programa de ação social que nós propusemos mas achámos que o orçamento tinha uma verba quase irrisória para isso. Foi acolhida uma pequena alteração que o PS propôs ao orçamento e, nestes termos, vamos nos abster com declaração de voto.” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Como sabemos, um orçamento é um documento onde são estimadas receitas e despesas, pelo que será sempre previsional e dependente de muitos fatores, nomeadamente da conjuntura da economia local, nacional e internacional, mas também da execução dos projetos adjudicados. -----

Tal não significa que, aquando da sua elaboração, este não seja o mais realista possível. ----- Tive curiosidade de verificar qual o funcionamento de outros municípios relativamente à sua execução orçamental e ao seu saldo de gerência. -----

De facto, pude verificar que o Município de Ourém é aquele que apresenta um diferencial muito inferior naquilo que estima executar em termos de receita e despesa, existindo municípios bem próximo que apresentam saldos de gerência efetivos com diferenciais de quase 43% (de saldo superior ao inicialmente estimado). Dá que pensar como é que se pode errar tanto nas estimativas. -----

Com este aparte, verifica-se que o saldo de gerência apurado, e que não estava longe do previsto pelo Município, é um valor ainda considerável de 12,2 milhões, tendo existido um diferencial negativo de cerca de 312 mil euros, o que é razoável. Por outro lado, verificando-se a adjudicação da beneficiação da EN 360 por um valor inferior ao previsto, resulta num saldo



positivo superior em cerca de 939 mil euros. Verifica-se assim que o saldo de gerência tem um excedente de cerca de 679 mil euros. -----

Relativamente ao destino a dar a este excedente orçamental, no meu entender, o reforço dos projetos indicados relativos à ação social e à recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais, não suscitam qualquer observação. -----

Voltando ao valor total do saldo de gerência, podemos questionar que 12 milhões é um montante significativo, mas nada que seja de espantar face aos atrasos nas execuções ou no fornecimento de bens que sabemos ser cada vez maior, e tendo ainda em conta a ordem de grandeza do orçamento do município. Um compromisso não significa necessariamente realização, ou seja, o que foi contratado pode não ter sido executado e por isso mesmo não foi pago. E é isto que está em causa nos saldos de gerência. -----

Não podemos também esquecer que no distrito de Santarém o município de Ourém regista o segundo maior orçamento, logo após a sede distrital. -----

Podemos perguntar: mas não se podem acelerar os procedimentos para se adjudicar mais rápido? -----

Ou ainda: E os atrasos nas execuções não podem ser ultrapassados? -----

Vem sempre aquele pensamento: os serviços públicos não sabem trabalhar. Mas de facto, só quem já esteve por dentro de todos os trâmites exigidos para o cumprimento da legislação em termos de contratos públicos, é que percebe que ser célere com todo esse tipo de procedimentos, não é de todo fácil. -----

Termino dando os Parabéns ao executivo pela sua boa gestão orçamental, que permite ao Município de Ourém uma redução tão significativa do prazo de pagamento aos fornecedores nos últimos anos e saber gerir que projetos são efetivamente necessários aos munícipes do concelho em prol do seu crescimento sustentado, sem enveredar por populismos.” -----

----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 06 ABSTENÇÕES – 05 DO GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE; 27 VOTOS



A FAVOR – 22 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 33 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P013/2023 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCIADOS ATRAVÉS DE UM CONTRATO DE LEASING PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ELÉTRICO DE PASSAGEIROS DE 9 LUGARES -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14046**, datado de **2023.02.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento do processo registado sob o n.º 31.332/2022, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, foram apresentados o convite e o caderno de encargos para efeitos do mencionado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 26 do mês findo, daquele mesmo serviço, a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 56.256,00€ (+ IVA) e pelo prazo de execução de 48 meses. Termina a referir que, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, a fixação daquele preço, baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 27 também de janeiro findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----



---- (Aprovado em minuta)-----
 ----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----
 ----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----
 ----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA ANUAL DA TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM – 2023 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 3225**, datado de **2023.01.11**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.01.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do artigo 8.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, conjugado com a alínea b), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para a não atualização ordinária anual da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém para 2023. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Sobre ao assunto supramencionado, o **Setor de Contabilidade** prestou a informação registada sob o n.º 106.695/2022, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se transcreve: “O artigo 30º da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas Municipais (TGTORM) estabelece uma atualização ordinária anual, em função dos índices de preços no consumidor publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante doze meses, contados de outubro a setembro, inclusive.

---- Nestes termos, a variação a aplicar em 2023, será um aumento de 5,9 % face aos valores praticados em 2022.-----



---- Estabelece ainda o n.º 3 do art.º 30º da (TGTORM) que, excecionalmente, por decisão da Câmara Municipal, poderá não ocorrer a atualização ordinária prevista no presente diploma em determinadas receitas municipais, quando em causa estejam serviços que, dada a sua natureza, devem aplicar valores que facilitem os trocos a ocorrer em moeda. -----

---- A atualização destes valores deverá ser publicada, por meio de Edital, a afixar no Edifício Sede do Município de Ourém, nas sedes das Juntas de Freguesia e no sítio do Município.---

---- Face ao disposto, remete-se a Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas, atualizada nos termos do disposto na presente informação, com o objetivo de entrar em vigor em janeiro de 2023. -----

---- Deste modo propõe-se: -----

- Atualização ordinária da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas para 2023 (Anexo 1)----

- Nos termos do n.º 3º do art.º 30º do RTORM, manter os valores inerentes aos art.º 43º, 44º, 45º, 57º e 63º.-----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)”-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 16956**, datado de **2023.02.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.20,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Na reunião de 05 de dezembro de 2022, a Câmara deliberou submeter o projeto de regulamento indicado em epígrafe a consulta pública, por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Publicado na 2.ª Série – N.º 4, do **Diário da República**, no dia 05 de janeiro 2023, o referido projeto de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 16 de fevereiro em curso.

--- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação registada sob o n.º 75.615-A/2022, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a remeter a versão final do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, resultante de algumas correções e da incorporação dos contributos recebidos (passíveis de acolhimento), complementada com tabela resumo que contém os cálculos dos valores aplicáveis. -----

--- (Aprovado em minuta)”-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 13494**, datado de **2023.02.12**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.06,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 03 de outubro de 2022, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicado em epígrafe a discussão pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo.

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 207, do **Diário da República**, no dia 26 de outubro de 2022, a referida proposta de regulamento esteve em discussão pública até ao dia 12 de dezembro de 2022. -----

---- O **Setor de Metrologia, Cemitério e Licenciamentos Não Urbanísticos** exarou no processo uma informação, datada de 06 do mês findo, a anexar a versão final do projeto de regulamento registado sob o n.º 4404-A/2020, dando conta de que não foram apresentados quaisquer contributos ou sugestões de alterações ao texto em análise. -----

---- (Aprovado em minuta)”-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE OURÉM – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 17076**, datado de **2023.02.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.20,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Na reunião de 21 de novembro de 2022, a Câmara deliberou submeter o projeto de regulamento indicado em epígrafe a consulta pública, por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

--- Publicado na 2.ª Série – N.º 243, do **Diário da República**, no dia 20 de dezembro de 2022, o referido projeto de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 01 de fevereiro de 2023.

--- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com a informação registada sob o n.º 12.615/2023, do **Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital**, a dar conta de que não foram apresentados quaisquer contributos dentro do período acima referido e a colocar à consideração superior para aprovação, a versão final do citado regulamento. -----

--- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO A 02 MARÇO 2009 COM A FREGUESIA DE FÁTIMA (CEDÊNCIA DA ANTIGA ESCOLA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA AMOREIRA) -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 2702**, datado de **2023.01.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.12.19, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para revogar o protocolo celebrado a 02 de



março de 2009 com a Freguesia de Fátima, nos termos da alínea I), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 03 de outubro último, a Câmara deliberou aprovar os termos do protocolo a celebrar com a **Montamora Sport Clube – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural** e a **Sementes de Lys - Comunidade de Aprendizagem de Fátima**, com vista à cedência da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sita na Rua da Escola, no lugar de Amoreira, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a título gratuito, para atividades de índole educativo, cultural, desportivo e recreativo, válido pelo período de um ano, renovável. -----

---- Considerando que a 02 de março de 2009, foi celebrado protocolo com a **Freguesia de Fátima** para as mesmas instalações, nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo (registado sob o n.º 67.627/2022), instruído com uma informação, datada de 12 também de outubro transato, do **Setor de Património**, a colocar à consideração superior a denuncia do mesmo, de forma a que possa ser celebrado o protocolo aprovado naquela reunião. -----

---- (Aprovado em minuta)”-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o membro da Assembleia Municipal, senhor **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**. -----

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO (REABILITAÇÃO PARQUE INFANTIL) -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14045**, datado de **2023.02.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para apoiar financeiramente a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, através da celebração de protocolo. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: ---- Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 61.183-A/2022, a celebrar com a **União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais**, sediada na Rua Padre Feliciano de Oliveira, n.º 15, em Freixianda, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 15.366,45€, os encargos decorrentes da reabilitação do parque infantil localizado no Largo Juvêncio Figueiredo, também em Freixianda, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio a atribuir.

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 02 do mês corrente, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo em apreço, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO (AQUISIÇÃO PLACAS TOPONÍMICAS) -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14044**, datado de **2023.02.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para apoiar financeiramente a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, através da celebração de protocolo. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 88.685-A/2022, a celebrar com a **União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais**, sediada na Rua Padre Feliciano de Oliveira, n.º 15, em Freixianda, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 8.178,27€, a aquisição de placas toponímicas, para colocação em diversos arruamentos no perímetro urbano da Vila de Freixianda, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio a atribuir. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 17 do mês findo, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo em apreço, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)”-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –



----- Neste momento, voltou à sessão o membro da Assembleia Municipal, senhor LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA. -----

02.13 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BATISTA DE ESPITE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14038**, datado de **2023.02.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.06, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar o Centro Social e Paroquial de São João Batista de Espite, do pagamento do valor de 3.486,01 euros, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, por se tratar de instituição particular de solidariedade social. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 97.345/2022, do **Centro Social e Paroquial de São João Batista de Espite**, com sede na Rua da Escola, n.º 139, da Freguesia de Espite, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes ao processo n.º 2588/2022 (alteração de edifício destinado a creche, sito na referida morada), por ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 98.624/2022, a colocar a decisão superior o cálculo das taxas a isentar, no valor de 3.486,01€, que inclui a verba (já paga) de 203,40€, de conformidade com o previsto no artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém. -----

---- Do processo faz ainda parte a informação registada sob o n.º 4887/2023, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**. -----

---- (Aprovado em minuta)-----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO SOCIAL DE MATAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14039**, datado de **2023.02.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.06, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar o Centro Social de Matas, do valor de 14.365,61 euros, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, por se tratar de instituição particular de solidariedade social. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 367/2023, do **Centro Social de Matas**, com sede na Rua Nossa Senhora do Patrocínio, n.º 7, em Casal Menino, da União das Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes ao processo n.º 1980/2021 (alteração e ampliação de edifício destinado a lar de idosos, centro de dia e creche, sito na Travessa do Val da Greda, em Casal Menino, da dita união de freguesias) por ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social, conforme comprovativo que anexa. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 1617/2023, a dar conta de que se trata de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública e a colocar a decisão superior, de conformidade com no n.º 1, do artigo 34.º, do Regulamento e tabela Geral



de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, o cálculo das taxas a isentar, no valor de 14.365,61€. -----

---- Do processo faz também partes a informação registada sob o n.º 4562/2023, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, a colocar o pedido a decisão superior.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE FÁTIMA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 17087**, datado de **2023.02.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.20, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar a Freguesia de Fátima, do valor de 11.151,45 euros, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 96.970/2022, da **Freguesia de Fátima**, sedeadada na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, daquela freguesia, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas correspondentes ao licenciamento do processo de obra n.º 370/2018 (requalificação do Mercado de Fátima, sito na Rua 13 de Maio), por ser uma autarquia.-----

---- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações:-----



- Registada sob o n.º 99.231/2022, da **Divisão de Urbanismo e Território**, a dar conta de que o cálculo das taxas a isentar é de 11.151,45€, que inclui a verba (já paga) de 200,10€; -----
- Registada sob o n.º 5400/2023, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, a colocar o pedido a decisão superior; -----
- Datada de 14 de fevereiro em curso, do **Setor de Contabilidade**, que se passa a transcrever: “A isenção solicitada está prevista no art.º 34º do Regulamento de Geral de Taxas e outras receitas Municipais, conjugado com a Lei 73/2013 de 03/09, podendo a Câmara Municipal através de deliberação fundamentada conceder a isenção total ou parcial, devendo a mesma ser encaminhada para a Assembleia Municipal. -----

---- De acordo com os cálculos da DGU, estima-se o valor de 11.151,45€. No final do ano deverá ser dado conhecimento à Contabilidade do valor isento, para reporte à IGF. -----

---- À consideração Superior a isenção solicitada. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P018/2023 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA O PERÍODO DE 2 ANOS – 01/07/2023 A 30/06/2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 17342**, datado de **2023.02.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.02.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º



8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- No seguimento da informação registada sob o n.º 79.334/2022, do Setor de Património, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do mencionado em título, instruídos com uma informação, datada de 02 de fevereiro em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, fixando-se o preço base em 435.000,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e o prazo de execução em 24 meses e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em procedimento anterior semelhante, considerando a atual conjuntura económica.

--- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada também de 02 do mês em curso, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de aquedado enquadramento orçamental, nos termos da legislação em vigor e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

--- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.17 – ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA AMO -----



----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou da necessidade de aditar um ponto ao artigo 38.º do Regimento da AMO, no âmbito da AJO – Assembleia Jovem de Ourém que, por lapso, não consta da versão atual do mesmo. -----

----- **FACE AO EXPOSTO, A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ADITAR AO TEXTO DO REGIMENTO DA AMO O SEGUINTE:** -----

----- **ARTIGO 37º - PERÍODO ANTES ORDEM DO DIA** -----

----- (...) -----

----- **ALÍNEA G) APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS VENCEDORAS DA ASSEMBLEIA JOVEM DE OURÉM** -----

02.18 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, registando-se a intervenção da munícipe, senhora: -----

----- MARIA DO ROSÁRIO que deixou 2 notas: realçou o bom trabalho feito na limpeza das bermas entre o torço do IC9 e até quase Caxarias; -----

Ainda no recente troço que liga a saída do IC9 a Pinhal Frades, onde existem vários semáforos limitadores a 50km/h, há um deles, o que está no cruzamento que vai para Vilões, não funciona ao mesmo tempo que os restantes, fechando habitualmente e não apenas no limite dos 50km/h, causando algum transtorno a quem circula nesta via. -----

----- Tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----



----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO